

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JULHO DE 2007

NÚMERO 5.745

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1762
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 050ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 03/07/2007.....2
Ata da 017ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 03/07/200713
Ata da 013ª Sessão Solene da
16ª realizada em 03/07/2007 às
19h20

Publicações Diversas

Extrato23
Mensagens Governamentais.....
.....23
Ofícios26
Projetos de Lei.....27
Projeto de Resolução30

PLENÁRIO

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darcy de Matos - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Hemeus de Nadal - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczaí - Professor Grandó - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença do garoto de Brusque que necessita de transplante de medula.
DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda projeto de lei, de sua autoria, que torna obrigatório conteúdos sobre os direitos humanos no ensino médio da rede pública estadual de ensino.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se à Lei n. 13.679, que exige que as academias orientem seus frequentadores sobre o uso de anabolizantes; aborda a visita do ministro José Gomes Temporão a Santa Catarina.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença da vereadora de Joinville, professora Carmelina Alves Filha Borjana.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador de São José, Zé da Padaria.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda a posição da mulher na sociedade brasileira.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Manifesta-se contra a diminuição da maioridade penal, porque a responsabilidade não advém da idade.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Refere-se à audiência pública sobre os terrenos de Marinha.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Comenta o aumento abusivo das taxas de ocupação dos terrenos de Marinha.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Critica o aumento abusivo das taxas de ocupação dos terrenos de Marinha.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece comentários acerca da eleição no Sinte; registra a realização do II Encontro Nacional de Entidades Representativas de Policiais e Bombeiros Militares, no Rio de Janeiro.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Registra a presença da vereadora de Joinville Carmelina Alves Filha Borjana; comenta a onda de assaltos no comércio de Joinville.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Refere-se ao alto índice de insegurança e à crise política.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Registra a necessidade de contratação de mais policiais.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Refere-se aos 27 anos da Fecam e ao Dia do Bombeiro.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Aborda o projeto sobre o ICMS Ecológico.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Reporta-se ao ICMS Ecológico.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Comenta a Taxa de Compensação Ambiental.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Refere-se à redistribuição de recursos ao município.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Aborda a audiência pública sobre os terrenos de Marinha.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Tece comentários acerca da violência em todo país; parabeniza a Fecam pelo aniversário; comenta substitutivo global ao PL n. 0017/2007, sobre o art. 170.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à plenária do Orçamento Regionalizado realizada no Alto Vale; comenta o surgimento de uma classe média forte até 2015; refere-se à reforma política.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Critica a posição do Congresso com relação à reforma política.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Reporta-se ao Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0134/2007.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Trata da MP n. 0134/2007.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Aborda a MP n. 0134/2007.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se à MP n. 0134/2007.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Trata da MP n. 0134/2007.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Aborda a MP n. 0134/2007.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se à MP n. 0134/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria anunciar a presença na galeria desta Casa do ex-vereador Julio Gevaerd, da cidade de Brusque, que acompanha uma criança de nove anos, o Mateus, juntamente com o pai e a mãe, o seu Leomar e a dona Viviane. E essa criança necessita de um transplante de medula.

Há alguns anos eu já defendi essa questão do transplante de medula óssea no Brasil e acabei até numa das páginas da revista *Veja*, graças a Deus com a fotografia bonita. Mas eu queria pedir o apoio às srs. deputadas e aos srs. deputados para melhorarmos o nosso sistema de captação e de identificação do sangue de tantos catarinenses que poderiam ser úteis para fazer o transplante de medula óssea desse menino, mas a questão é identificar o doador. A chance é de um em um milhão. Ou seja, vamos ser cinco ou seis doadores entre todos os catarinenses.

Naturalmente não pode ser feito um trabalho de um em um, porque a coleta é feita uma a uma. Não podemos demorar três ou quatro anos para fazer essa identificação, pois colocamos em risco a vida do menino, que para todos nós é tão importante.

Então, quero pedir o apoio desta Casa, dos deputados, e sei que já fizeram isso, e um carinho muito especial ao menino. E faço um pedido especial ao Hemocentro, ao nosso banco de sangue, para que agilize de todas as maneiras para identificar um possível doador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, ontem tivemos o início da Semana dos Direitos Humanos, e aqui nesta Casa realizamos uma audiência pública, através da comissão que eu integro, a de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, sob a Presidência da deputada Ada De Luca.

Srs. deputados, esta deputada, no dia 26 de junho, protocolou nesta Casa o Projeto de Lei n. 0239/2007, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Torna obrigatório, no ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos sobre os direitos humanos e dispõe sobre a divulgação dos pontos essenciais da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Art. 1º - Fica obrigatório, no ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, o ensino de conteúdos sobre direitos humanos.

Parágrafo único - Os conteúdos referidos neste artigo devem incluir noções constitucionais sobre o tema e oferecer noções sobre a importância do respeito à vida.

Art. 2º - As escolas da rede pública estadual fixarão, em lugar de destaque, os seguintes trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948” [...] [sic].

Sr. deputado Antônio Aguiar, eu não irei me deter aqui nos dez incisos desta lei, mas já está tramitando aqui nesta Casa e no momento adequado eu irei me manifestar sobre este projeto de lei.

Mas, senhores, as pessoas estão sendo violadas nos seus direitos, inclusive no Estatuto da Criança e do Adolescente as crianças estão sendo violadas; o Estatuto do Idoso também só está no papel e na realidade não acontece. O Código de Defesa do Consumidor também não é respeitado. As lojas, às vezes, vendem produtos, as pessoas vão devolver, o lojista não quer receber e assim por diante. Então, é complicado. E o consumidor é obrigado a ficar com aquela porcaria que adquiriu, pagou, e não tem o direito de defesa.

Eu sei de uma jovem que comprou um telefone, e o telefone não funcionou! Ela ficou dois anos brigando, deputado Onofre Santo Agostini, indo ao Procon e ninguém resolveu nada! Procon só existe o nome, mas não funciona! Srs. deputados, o Código Penal e o Código Civil não são respeitados e assim por diante.

Sabemos que através da Declaração Universal dos Direitos Humanos comprovou-se que o Brasil é um dos maiores violadores dos direitos das pessoas, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima. Inclusive, a nossa Constituição só existe no papel, aceita tudo, mas as pessoas estão tendo seus direitos violados.

Srs. deputados, pergunto a v.exas. quem é que tem condições de pagar uma vacina, que já está aí para ser usada, contra o HPV, no valor de R\$ 500,00? E a mulher precisa tomar três doses da vacina para ficar imune a essa doença. Quem é que tem condição de pagar um tratamento odontológico? Além disso, a maioria da população não tem dente, porque as famílias não têm condições de comprar leite para as crianças poderem ter uma dentição firme, forte. Então, esse é o nosso Brasil! As nossas crianças precisam desse tratamento para prevenir as cáries. E os deputados Antônio Aguiar e Jailson Lima sabem disso, pois são médicos. As crianças precisam do leite para ter uma dentição e seus ossos fortes, porque a pessoa quando chega a certa idade, dos 50 anos em diante, vai perdendo o cálcio dos ossos, principalmente a mulher que possui muitos filhos. E para se prevenir contra esse problema as pessoas têm que enfrentar uma fila para poderem ser atendidas! Então, o cidadão tem os seus direitos violados todos os dias, a cada instante, a cada segundo.

Srs. deputados, tivemos uma audiência pública sobre telefonia, por solicitação do deputado Elizeu Mattos - e esta deputada também solicitou - junto à comissão de Legislação Participativa. Mas não pude estar presente devido à audiência pública que houve em Rio do Sul. Certamente depois o deputado Elizeu Mattos fará uma ampla explanação sobre essa audiência pública.

Mas quero dizer que o consumidor é violado nos seus direitos. Ligamos para reclamar, atendem ao telefone, mas continuamos a receber contas exorbitantes. No meu caso, tentei devolver uma linha de telefone da Tim, mas a empresa não quis aceitar. Fiquei quase um ano pagando a conta. Então, somos violados diariamente, eu, como consumidora, e toda a população. Existem os abusos também, não é srs. deputados? Abuso do dinheiro público, porque ele está sendo desviado de uma maneira vergonhosa!

Srs. deputados, em minha opinião, isso tudo vai melhorar muito com esse nosso projeto de lei, porque o aluno, desde a sua mais tenra idade escolar, aprenderá, terá conhecimento de quais são os direitos de cada cidadão e saberá respeitar o direito do seu vizinho.

Mas, sra. presidente, eu não poderia deixar de parabenizar a Polícia Federal, que tem feito um trabalho maravilhoso tanto em nível de Brasil como aqui no nosso estado. E quero parabenizar também a Câmara de Vereadores pelo bom exemplo para todo o nosso país. Não posso mais me deter, meu tempo está curto, mas foram 2.000 operações...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sra. deputada.

Quero fazer o registro da presença da vereadora da cidade de Joinville, sra. Carmelina Alves Berjona, que veio visitar o Parlamento catarinense. Seja muito bem-vinda.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, hoje, gostaria de me reportar à Lei n. 13.679, que foi sancionada pelo governador Luiz Henrique, em 10 de janeiro de 2006.

É uma lei que faz com que as academias cuidem e avisem os seus frequentadores sobre o uso do anabolizantes. Ainda, na semana passada, tivemos um adolescente que foi atendido no Hospital Celso Ramos, com efeitos colaterais produzidos pelos anabolizantes, pelos esteróides, pelos hormônios. Mas agora existe uma lei que exige que as academias tenham também esse cuidado.

A referida lei diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Lei nº 13.679, de 10 de janeiro de 2006

Dispõe sobre a obrigatoriedade de academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares exibirem placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares ficam obrigados a exibir em suas dependências, nos locais de trânsito e permanência de alunos e frequentadores, placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes, com os seguintes termos: ‘O uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascular, causa lesões nos rins e no fígado, degrada a atividade cerebral e aumenta o risco de câncer’.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o responsável pelo estabelecimento às seguintes penalidades:

I - multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), a partir da notificação; e

II - suspensão temporária das atividades esportivas oferecidas pelo estabelecimento, durante o prazo máximo de 30 dias corridos, em caso de nova notificação.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo do Estado, através de seus órgãos competentes a correta fiscalização, com a observância das penalidades do art. 2º e seus incisos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 10 de janeiro de 2006.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado" [Sic]

É, sem dúvida nenhuma, srs. deputados e povo catarinense, um alerta importante para as academias do estado de Santa Catarina, uma vez que esta lei já existe. Temos que proteger, sim, os jovens e a saúde dos catarinenses.

Gostaria também de me reportar hoje à visita do ministro José Gomes Temporão, que na quarta-feira passada veio a Santa Catarina, mais precisamente ao município de Joinville, para uma grande feira da comissão nacional de Saúde dos estados. Estiveram presentes vários estados do Brasil e nessa oportunidade o ministro José Gomes Temporão liberou um computador para o Conselho Estadual de Saúde. Então, todos os Conselhos de Saúde têm direito a reivindicar o seu computador que o ministro colocou à disposição de cada um dos municípios do estado de Santa Catarina. Portanto, são 293 computadores. E todos os municípios com Conselho de Saúde equipados com um computador poderão fazer uma melhor leitura da nossa saúde porque são eles que realmente cuidam da saúde dos municípios. E os municípios catarinenses poderão, através do seu computador, fazer com que o usuário do nosso estado tenha mais acesso à saúde e que ela seja fiscalizada também pelo Conselho Municipal de Saúde.

Srs. deputados, também queremos relatar um fato triste que ocorreu no município de Canoinhas. Na noite passada, houve um incêndio na Escola Estadual Rodolfo Zipperer, localizada no bairro Campo da Água Verde, que atende uma comunidade de dez mil pessoas. Por volta das 23h30min a escola sofreu um incêndio, que os bombeiros apagaram rapidamente, mas houve a destruição da cozinha da escola e de duas salas de aula.

Chamamos a atenção dos catarinenses no sentido de que seja efetuada logo a investigação policial para que possamos saber se foi um incêndio criminoso ou se foi provocado por um curto circuito ou algo semelhante. Essa investigação é muito importante para sabermos a causa desse incêndio. E em contato com a secretaria da Educação, tivemos a notícia de que o nosso secretário Paulo Bauer irá acompanhar de perto, sem dúvida nenhuma, esse fato que aconteceu no município de Canoinhas, na noite de ontem.

Temos também, sra. presidente, que agradecer ao presidente Julio Garcia, à Mesa Diretora, da qual v.exa. faz parte, deputada Ana Paula Lima, juntamente com os deputados Peninha, Clésio Salvaro e Dagomar Carneiro, e também aos demais deputados por terem aprovado o convênio com a Fundação Especial Catarinense, fundação essa que realmente trabalha em prol do deficiente visual, daquele que foi menos favorecido pela sorte.

Acredito que o método braile dá uma grande oportunidade para os deficientes visuais, principalmente aqui de Florianópolis, serem informados sobre o que acontece nesta Casa, na Assembléia Legislativa. Portanto, esse é, sem dúvida nenhuma, um convênio muito importante.

A nossa secretária Janice, juntamente com a presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, esteve presente nesta Casa, na última quinta-feira, e fez uma homenagem, sem dúvida nenhuma, a quem mais necessita, que são os deficientes visuais.

Nossos parabéns a esta Casa e ao povo catarinense, pois esta Casa está prestando uma grande ajuda àqueles que têm dificuldade em as informações.

Era isso o que tínhamos para dizer, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado.

Gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores do município de Ilhota, o sr. Sidnei Reinert, e do vereador Pedro Paulo Batista Neto, do mesmo município. Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, não poderia deixar de registrar, novamente, a presença ilustre nesta Casa da nobre vereadora do município de Joinville, professora Carmelina Alves Filha Borjana, companheira, amiga, combativa, inteligente e muita voltada para as causas da educação de Joinville e de Santa Catarina. Seja bem-vinda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também agradece a presença da nobre vereadora.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu também quero registrar que se encontra nesta Casa um grande amigo meu e um grande amigo de São José, o ex-vereador José Francisco da Rosa, o popular Zé da Padaria, hoje exercendo um cargo no Executivo municipal de São José. Espero que tenha uma tarde proveitosa naquilo que veio tratar nesta Casa Legislativa para o município de São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Parabéns, deputado José Natal.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Sra. deputada Odete de Jesus, srs. deputados, público que nos está acompanhando aqui no plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sra. vereadora, srs. vereadores de municípios do nosso belíssimo estado, sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, no dia 28 de junho da semana passada tive o prazer, deputada Odete de Jesus, de estar na cidade de Itapema num

evento da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Santa Catarina. E quero dizer que a grande maioria dos trabalhadores das indústrias do estado de Santa Catarina são mulheres. E elas lançaram, pela segunda vez, o segundo número de uma revista intitulada "*Desperta Mulher*". É uma revista interessantíssima, voltada mais ao público feminino, na qual essas mulheres relatam o seu cotidiano, passando informações para as diversas companheiras mulheres. E fazem, através desta revista, denúncias dos temas relevantes às mulheres, como também discutem vários outros assuntos de interesse do estado de Santa Catarina e do nosso país.

Mas, deputada Odete de Jesus, nós que somos a maioria do povo brasileiro, a maioria das pessoas do estado de Santa Catarina, eu acho que nós mulheres merecemos, um pouco não, muito respeito pelo trabalho que exercemos. Basta nós olharmos, deputada Odete de Jesus, que nas universidades a maioria do público é feminina; nas indústrias, onde fui neste dia 28, no lançamento desta revista, na Federação das Trabalhadoras na Indústria, a maioria das trabalhadoras é mulher; no nosso comércio, a maioria é mulher; as professoras da rede estadual, municipal e federal, a maioria é mulher. Enfim, na maioria dos diversos empregos que podemos relatar aqui temos muitas mulheres. Mas infelizmente, deputada Odete de Jesus, na política ainda somos poucas mulheres, muito poucas! E nesse processo importantíssimo de decisão do poder e dos rumos que nós queremos para a nossa vida, para a vida dos nossos filhos e para a vida dos homens a participação da mulher é muito pequena.

Eu gostaria que na reforma política que está acontecendo no Congresso Nacional eles tivessem um pouco mais de sensibilidade e fossem pelo menos um pouco mais paritários à participação das mulheres. Porque as mulheres, srs. deputados, pensam no coletivo. Elas não pensam no individual! Elas pensam no social, na educação, na saúde e por último nelas! Primeiro o bem-estar coletivo, deputada Odete de Jesus, depois o seu bem-estar.

Por isso que no dia 12 e 13 do mês de julho nós realizaremos, aqui na cidade de Florianópolis, a II Conferência Estadual de Mulheres. É desta forma que diversas mulheres, delegadas de vários municípios, estarão reunidas para debater outros temas que são relevantes ao assunto da mulher: a questão da saúde, a questão da violência, a questão da mulher ascender em diversas esferas, tanto na política como em outras áreas.

O que a mulher quer? Ela só quer algo que é importantíssimo para cada ser humano, que é o respeito, a dignidade. Ela não quer nem menos nem mais. Ela quer ser tratada da mesma forma que o homem.

Mas adentrando a esse tema, srs. deputados e sra. deputada, eu quero fazer uma menção também ao que aconteceu na semana passada, que eu acho que o Brasil inteiro ficou estarecido diante de tanta banalização da violência. Refiro-me ao que ocorreu na madrugada de domingo, na zona sul do Rio de Janeiro, quando a empregada doméstica Sirllei Dias Carvalho Pinto, de 32 anos, depois que saiu do seu emprego, foi espancada e roubada por cinco moradores de condomínios da classe alta do Rio de Janeiro.

Trago o tema a esta tribuna para pedir à sociedade brasileira que se mobilize e exija rigor na hora de punir essa barbárie, porque para mim é uma barbárie. Essa violência ultrapassa o limite da violência contra a mulher; é uma violência contra a nossa sociedade constituída. A sociedade brasileira, srs. deputados, deve exigir que esses jovens sejam tratados da mesma forma, caso o crime tivesse sido cometido por jovens da periferia. Esse crime contra a empregada doméstica, contra uma mulher foi cometido por jovens de classe alta e eu gostaria que eles fossem julgados da mesma forma que seriam jovens da nossa periferia.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputada Ana Paula Lima, além de pertinente este tema, observamos, pelos meios de comunicações, no último final de semana, esse ímpeto de violência cometido contra essa empregada e contra outras pessoas que não representam também figuras do escalão da sociedade, do ponto de vista econômico.

Tivemos recentemente nesta Casa um debate ferrenho sobre a questão de responsabilidade da menor idade, no sentido de se discutir na Constituição a culpabilidade do indivíduo que não tem 18 anos ainda. E aqui nós vimos que ninguém era menor de idade. Todos eram estudantes universitários, de classe média e classe média alta, cujos pais chegaram lá, pagaram R\$ 2 mil e levaram os seus filhos para casa.

Parabéns pelo assunto porque a sociedade precisa ver que não é a idade que imprime responsabilidade a cada cidadão.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Realmente essa comparação nós iremos até fazer, mas o caso deve ser tratado com a mesma indignação que se registrou na sociedade por ocasião do crime daquele menino João Hélio, quando o Brasil ficou estarcido. Esse crime nos faz refletir sobre a hipocrisia da sociedade burguesa.

Vejam, senhoras e senhores, que essa mesma sociedade que clama pela redução da maioridade penal por considerar que o jovem do subúrbio tem maturidade para assumir seus atos, chama os filhinhos de papai da zona sul do Rio de Janeiro de crianças, como ouvimos no telejornal. O pai de um dos agressores pediu clemência ao filho por se tratar de uma criança que já está na universidade.

Verificamos a completa ausência de valores sociais, morais, de cidadania. Cidadão honrado agora é só aquele que pode comprar um celular? É só aquele que pode comprar um bom carro? Que conceito é esse?

Por outro lado, esse crime no Rio de Janeiro faz-nos refletir sobre a forma que estamos tratando os segmentos da sociedade considerados por ela de conduta desviante, como as prostitutas e os homossexuais. Quer dizer que sendo uma profissional do sexo poderia ter sido espancada, roubada e humilhada por aqueles jovens?

Então, é uma sociedade que tem dois pesos e duas medidas. Sobre o caso entendo que a empregada Sirlei foi espancada por cinco jovens na madrugada de sábado no Rio de Janeiro. No interrogatório eles disseram à polícia que pensavam tratar-se de uma prostituta. Se fosse uma prostituta eles podiam sair batendo? Porque era uma mulher, deputada Odete de Jesus, eles saíram batendo, pois não encaram homem para bater.

Por isso, srs. deputados, nós, mulheres, queremos, sim, respeito. É desta forma que nós queremos atuar nesta tribuna.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o sr. deputado Darci de Matos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAI e ouvintes da Rádio Digital, desejo fazer algumas reflexões neste espaço a respeito de um assunto que foi abordado nesta tribuna por diversos deputados.

Nós realizamos, ontem, nesta Casa, por proposição do deputado Cesar Souza Júnior, uma audiência pública para tratarmos de questões referentes às terras de marinha.

Nós temos, em Santa Catarina, deputado Onofre Santo Agostini, aproximadamente 30 mil famílias que estão convivendo com esta situação incômoda de pagamento das taxas do serviço do patrimônio da União. Em Joinville, deputado Onofre Santo Agostini, temos cinco mil famílias nesta situação. E está aqui presente a vereadora Carmelina Alves Filha Barjona, que tem acompanhado a situação de angústia dos moradores do nosso município.

Deputado Onofre Santo Agostini, tomei conhecimento ontem de que em Joinville estão tramitando na Justiça mil ações de execução da Fazenda contra proprietários de terrenos tidos pela União como terra de Marinha. Se essas pessoas não entrarem com embargo à execução, seus imóveis poderão ir a leilão. Mais do que isso, para entrarem com embargos à execução, os proprietários têm que depositar dinheiro em garantia ou têm que alienar seu imóvel, ou seu veículo, ou até mesmo a sua residência.

Essa taxa de pagamento de uso de terra de Marinha não tem, como dissemos ontem, fundamentação legal. É uma cobrança ilegal porque o Código Tributário prescreve que para se cobrar uma taxa tem que haver uma contrapartida direta e identificável pelo ente público.

Ora, o que a União está fazendo para proteger, para melhorar esses terrenos? Nada! A União não cuida nem sequer do seu patrimônio, como é o caso das terras devolutas da União.

Faço aqui mais uma observação: a cobrança dessa taxa é indevida porque quando o governo delimitou, quando declarou as áreas de Marinha, não notificou os proprietários. Ou melhor, o governo notificou por edital e é preciso que se faça a notificação pessoalmente. Isso também não aconteceu e é motivo de argumentação na Justiça.

O reajuste absurdo de 1.300% está sendo aplicado em alguns municípios catarinenses, enquanto a inflação anual não passa de 10%, mas o governo federal aplicou um aumento nessas taxas na ordem de até 1.300%. Este é um aumento irresponsável, autoritário, inconseqüente que nós temos que combater. Este reajuste também é impropriedade porque é unilateral, ou seja, a União não intimou os proprietários sobre os critérios do cálculo desse reajuste.

A União argumenta que esses reajustes foram concedidos em virtude da valorização dos imóveis. Ora, a valorização desses imóveis se deu certamente por benfeitorias feitas pelos proprietários, ou seja, muro, aterro, edificação ou pelo município colocando água, o estado colocando luz, abrindo ruas. A União não fez nenhuma benfeitoria para que houvesse a tal valorização.

Nobres deputados, cumprimento os deputados Cesar Souza Júnior e Paulinho Bornhausen que entraram com uma Adin em Brasília para que possamos ter êxito em nossa contraposição a este aumento abusivo, porque não é justo que tenhamos uma inflação de 10% ao ano e o governo venha aumentar essa taxa na ordem de 1.300% em alguns municípios.

Portanto, temos que atuar no campo jurídico, como estamos fazendo através do nosso partido, e atuar no campo político, mobilizando a sociedade catarinense para que nós possamos alterar essa lei no Congresso.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Darci de Matos, eu quero cumprimentar v.exa. porque este assunto já foi debatido numa audiência e discutido numa entrevista coletiva pelo ilustre deputado Cesar Souza Júnior, v.exa., o deputado federal Paulinho Bornhausen, ocasião em que o presidente estava presente e que também viram os deputados Marcos Vieira e Professor Grando falarem sobre este problema que é muito grave, ou seja, a taxa de ocupação da área de Marinha.

Isso é muito sério porque esses recursos que são cobrados não vão para a Marinha, eles vão para o Tesouro Nacional, vão para o caixa comum do governo e o aumento foi de até 1.000%. E no dia da audiência que o ilustre deputado Cesar Souza Júnior participou nós tivemos dois casos presentes: uma pessoa da Barra da Lagoa e uma pessoa de Laguna. O de Laguna pagava R\$ 300,00 e passou a pagar perto de R\$ 3.000,00, e a pessoa da Barra da Lagoa, que pagava R\$ 570,00 por ano, passou a pagar cinco mil e pouco, ou seja, 1.000% de aumento.

É um absurdo se efetivamente esse crime acontecer contra a população! Fizeram bem os Democratas ao entrarem em Brasília com uma ação no Supremo Tribunal e faz muito bem v.exa., como fez muito bem o ilustre deputado Cesar Souza Júnior e os demais deputados Professor Grando, Marcos Vieira, enfim, todos aqueles que querem defender as pessoas proprietárias ou que usam essas terras, principalmente o pequeno pescador que mora nessas áreas que chamam áreas de Marinha.

Por isso parabéns a v.exa., parabéns a todos aqueles que se preocupam em favor do povo humilde e do povo sofrido.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Darci de Matos, serei bastante rápido. Este assunto se tornou coletivo de todos os partidos desta Casa e da população, principalmente depois da audiência pública. E qual foi o encaminhamento dado? Primeiro, a luta junto à questão política em nível federal para que realmente essa questão da taxa de Marinha seja extinta da forma como está sendo. E a outra, de forma individual ou coletiva, procurar, através do seu advogado, da sua instituição, questionar juridicamente contra tal injustiça. Porque foi uma forma a mais que o governo federal encontrou para arrecadar e sugar o dinheiro deste povo.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Por este motivo vamos realizar em Joinville uma audiência pública no dia 12 de julho, às 19h30min, na Câmara de Vereadores, para fazer uma grande mobilização em Joinville e certamente em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu queria aproveitar bem o tempo de hoje para falar sobre um acontecimento da semana passada que foi a eleição do Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado de Santa Catarina, conhecido por todos como Sinte.

Essa eleição foi realizada nos dias 26 e 27, na terça-feira e na quarta-feira da semana passada, em 31 Regionais de todo o estado de Santa Catarina, sendo coletados votos em mais de 200 urnas. Nós obtivemos um total de votos de 11.444. Uma participação importante, com mais de 50% da categoria filiada no sindicato votando, o que é um acontecimento importante por si só uma votação tão expressiva.

E a chapa 1, Ação e Luta, obteve a maioria dos votos das três chapas concorrentes. A chapa 1 obteve 4.221 votos, a chapa 2 obteve 3.865 votos e a chapa 3 obteve 3.213 votos. Isso para a eleição do Sinte estadual, que será composto por decisão do último congresso da categoria, da seguinte forma: a chapa 1 terá nesta diretoria executiva quatro dos cargos, a chapa 2 também quatro, pela proporção de voto, e a chapa 3 terá três cargos na diretoria executiva do Sinte estadual, para a próxima gestão de três anos.

Como a mais votada a chapa 1, Ação e Luta, terá a primazia para definir o próximo coordenador geral que exerce a função de presidente deste sindicato, que é o companheiro Danilo Ledra, que continuará coordenando as ações do Sinte estadual.

Aqui na regional da Grande Florianópolis, ou de Florianópolis, mais precisamente, também da chapa Ação e Luta, para a regional, com 75% do total de votos, foi eleita a companheira Carla Martins.

Na regional de Mafra foi eleito o companheiro Sidnei Miranda e Leandro Bineck, para o sindicato regional. Na regional de Jaraguá do Sul foi eleito o companheiro Rodrigo Guidini.

De forma que queremos parabenizar todos os integrantes da chapa 1 na estadual, nas regionais, mas também queremos falar da importância de todos os militantes do movimento do magistério estadual que participaram e realizaram esse processo.

Nesses últimos minutos, gostaria de anunciar que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 28 e 29 deste mês, semana passada, na quinta e sexta-feiras, o II Encontro Nacional de Entidades Representativas de Policiais e Bombeiros Militares de todo o Brasil. E o importante desse encontro é que teve a participação de representantes de entidades de 27 estados da federação. Foi unanimidade entre os participantes que devemos lutar em nível nacional, nós os praças, para a ampliação dos direitos militares, mais precisamente dos praças, que são aqueles que estão mais submetidos ao regime militar.

Na plenária de encerramento foi aprovada uma moção, que julgo muito importante, de apoio dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros aos militares da Força Área Brasileira, mais precisamente os controladores de voo, e um "não" a toda repressão, a toda criminalização que esses companheiros estão enfrentando por reivindicar seus justos direitos.

Era isso, e voltaremos com esse assunto em outra oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, colegas de imprensa, funcionários desta Casa, quero fazer a menção, já feita e registrada pelo deputado José Natal, da presença da vereadora Carmelina Alves Filha Borjana, de Joinville e também fazer uma referência muito especial à Vera, que está aqui no plenário, que é uma amiga de muito tempo que tem feito um trabalho muito dedicado à assistência social de Joinville e que agora presta os seus serviços ao governo do estado.

Aproveito o horário do meu partido para falar de dois assuntos: O primeiro é relacionado à minha cidade, Joinville, deputado Elizeu Mattos. Eu estou bastante preocupado com o que está acontecendo lá. Só ontem, no período diurno, cinco lojas foram assaltadas no centro de Joinville. Os dados mostram, deputado Sargento Amauri Soares, que no centro da cidade, nos últimos dias, 70 lojas foram assaltadas. Nós estamos num momento muito delicado, deputado Darci de Matos, naquele município.

Os lojistas estão apavorados, porque não sabem mais o que fazer para se proteger. A orientação que recebem da polícia é que coloquem câmaras filmadoras em seus estabelecimentos comerciais, porque é a única forma que a polícia tem para tentar descobrir as pessoas que estão praticando esses assaltos. Isso já coloca numa posição vulnerável a segurança em Joinville, maior cidade do estado, cidade onde reside o governador.

A nossa polícia investigativa, a Polícia Civil, quando precisa fazer um simples exame de digital, depende da cidade de Florianópolis. Qualquer tipo de investigação técnica, deputado Silvio Dreveck, depende aqui da ilha. A minha pergunta é a seguinte: Onde está a descentralização, nesse serviço de segurança?

Nós temos no bairro Petrópolis uma loja de uma rede de farmácias, deputado Dagomar Carneiro, que vai ter de fechar as suas portas, pois não está conseguindo contratar alguém para trabalhar porque as pessoas contratadas são assaltadas quase que diariamente. Nós estamos sofrendo isso na pele, a cidade está em polvorosa.

Agora os comerciantes fortes estão sofrendo a cada dia esses ataques e estão preocupados com essa situação e me perguntaram: "Deputado Kennedy Nunes e daí?" Eu disse: "Vou tentar descobrir na descentralização onde se resolve isso, talvez os deputados da base do governo possam dizer para os comerciantes da cidade de Joinville onde se encontra uma solução para esta insegurança que estamos vivendo".

Eu, não estou aqui para atacar ninguém! Estou trazendo um pedido da minha cidade, Joinville, onde hoje me perguntaram o que se faz. Porque se ligarmos para a polícia ou para o comando da polícia, eles dizem: "Instalem uma filmadora, pelo menos é uma forma de irmos atrás de quem está fazendo os assaltos".

Onde se resolve a questão da polícia técnica, da polícia investigativa, que depende de Florianópolis nas questões mais básicas de uma investigação, como pegar a impressão digital? Não falo em exame de DNA e outros exames que a polícia técnica precisa para investigar os crimes. Como se não bastasse isso temos em Joinville ainda alguns casos que estão sem solução na área de segurança.

Todos vocês sabem da morte de uma menina em uma igreja, na cidade de Joinville, e que foi preso um pedreiro de nome Oscar, que a polícia apresentou como o rapaz que teria feito o estupro e matado a menina dentro igreja.

O problema é que no inquérito todo, deputado Sargento Amauri Soares, sequer a polícia ouviu a médica que atendeu a menina quando esta chegou ao hospital. Não foi encontrada nenhuma gota de sangue e nem de esperma na fralda da menina, que não foi tirada!

Dá para entender isso, deputada Ana Paula Lima? Dá para entender que houve um estupro se a fralda da criança não foi retirada? Se não havia nenhuma gota de sangue, nem de esperma? Fizeram uma reconstituição do crime e esqueceram que no dia o pátio da igreja estava lotado de carros, e na reconstituição fizeram com o pátio vazio!

Para deixar bem claro como está a segurança em Joinville, recebi um e-mail de policiais que garantem, deputado Sargento Amauri Soares, que o churrasquinho que foi mostrado na televisão, feito no presídio, foi uma armação para derrubar as pessoas que estavam à frente da penitenciária e da cadeia pública. Que aquela serra que aparece cortando é a manutenção feita, e que se forem ver nos livros de entrada e saída irão ver que houve, sim, uma manutenção feita numa das alas da cadeia pública. Que as facas mostradas na televisão teriam sido facas da própria cozinha, que são numeradas, entregues no início do dia e retiradas no final da tarde depois de serem feitas as refeições; e que a carne assada ali era realmente assada, porque quem decide qual vai ser a comida é o próprio cozinheiro, que é o presidiário que está lá no meio.

Foi um e-mail que recebi de policiais que trabalham na cadeia pública e que disseram: "Deputado, não foi bem assim que aconteceu o fato, as coisas não são bem assim". E o que fizeram? Fizeram um alarde em Joinville, rapidamente substituíram os responsáveis e disseram: "Agora vamos colocar a casa em ordem". Enganase quem pensa assim, porque na verdade em Joinville estamos passando por uma situação crítica com relação à segurança. Muito crítica.

E eu quero perguntar aos nobres deputados da base do governo o que eu posso dizer, em Joinville, para os comerciantes que estão me perguntando: "E daí, deputado?" Deputado Cesar Souza Júnior, é complicado darmos uma resposta para esse tipo de pergunta. E eu pergunto para os deputados da base de governo o que vamos dizer sobre a insegurança que Joinville está vivendo. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sra. presidente, sra. deputada, srs. deputados, imprensa, visitantes e amigos de Santa Catarina, o deputado Kennedy Nunes levantou um assunto que não é só um privilégio de Joinville. É só ligarmos a televisão que veremos notícias de assaltos.

Ontem, coincidentemente, liguei a televisão no horário do noticiário e as 14 primeiras notícias eram sobre violência. Era assalto aqui, mortes lá. Neste final de semana, em Chapecó, dois irmãos foram assassinados. Enfim, é todo o dia, a coisa fugiu do controle das autoridades.

Nesta semana, deputado Kennedy Nunes, estive em Campos Novos, onde meu irmão tem uma propriedade de terra, não é um fazendeiro, mas tem uma propriedade de terra, e só neste ano roubaram 30 cabeças de gado. Só esse fato não seria tão grave, mas é que matavam o gado, as vacas, os bois e cortavam os pedaços da carne, levando 30, 40, 50 quilos da carne e deixando o resto.

O meu irmão estava apavorado! Ele é uma pessoa simples, um agricultor, e não sabia o que fazer. Não adianta falar com a polícia, porque nos respondem e começam a se queixar dizendo: "Não temos lugar para pôr esses bandidos que matam, os drogados e etc. e agora vamos pegar esses ladrões que estão matando a fome?" E aí uma pessoa que estava junto comigo, deputado Moacir Sopelsa, respondeu dizendo que quando ligamos a televisão e vemos aquele escândalo no Congresso Nacional; quando ligamos a televisão e vemos o que está acontecendo na classe política; quando vemos que um senador da República compra uma bezerra por R\$ 300 mil; quando vemos tanto absurdo, tanta corrupção, tanto roubo, como é que vamos prender um ladrãozinho que mata uma vaca para poder matar a fome? Quando se vê tanto absurdo, deputado José Natal, ligando a televisão!

É impressionante! É gente falsificando dinheiro ali, gente roubando lá, é uma coisa de louco! O que nós podemos esperar da sociedade? A classe política desmoralizada! A classe política é um desastre!

Deputado Moacir Sopelsa, eu não sou fazendeiro, mas tenho uma chacinha, lá em Curitiba, onde engordo uns boizinhos e tenho umas vaquinhas. Ora, R\$ 300 mil?! Com R\$ 300 mil acho que dá para comprar o rebanho inteiro, não meu, mas a metade do povo de Curitiba poderia vender todo o seu rebanho por R\$ 300 mil. Agora, nós vemos uma pessoa comprar uma bezerra por R\$ 300 mil! Essa bezerra deve produzir, sei lá, ouro! Quando ela vai esterçar já deve sair brilhando.

Como é que vamos entender, srs. deputados? Como é que a sociedade brasileira entende isso? Como é que nós, os políticos, vamos dizer à sociedade brasileira que ainda há esperança? Como é que vamos dizer deputados?

Vou confessar aqui, com toda a sinceridade, para os senhores: está difícil fazer política, porque nós vemos 110 mil servidores públicos federais em greve, vemos os funcionários da prefeitura de Florianópolis em greve, reivindicando 5, 6, 7%, e de repente vemos 140% de aumento para cargo comissionado. Com é que nós podemos justificar, srs. deputados? Não há mais explicações, o povo não aceita mais os nossos argumentos. Façamos uma pesquisa e v.exas. irão se surpreender com a opinião do povo com respeito aos políticos.

Claro que não sou puritano, nem dono da verdade, e como diz o caboclo lá: "Não é farinha de fazer hóstia!" Tenho defeitos, é evidente que tenho, mas vejam, dá vergonha do "nego" sair na rua.

Deputado Pedro Uczai, quando v.exa. perdeu aqui as estribeiras e usou termos que não lhe dizem respeito, nós sabemos que v.exa. não tem esse costume e temos que compreendê-lo! Temos que compreendê-lo porque a coisa está ficando "russa", como diz o caboclo.

Deputado Sargento Amauri Soares, podemos pôr um guarda em cada casa; podemos pôr um policial na casa de cada um que esses assaltos irão continuar, se não dermos o exemplo, se este país não der o exemplo para a nação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não! Com todo o prazer.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Onofre Santo Agostini, muito obrigado! Percebo que v.exa. mudou o rumo de sua prosa, e até estava desistindo de meu aparte para não prejudicar o seu pronunciamento. Mas queria dizer que, a respeito da falta de segurança, nós precisamos terminar de pagar a Lei n. 254, contratar cinco mil policiais militares, dois mil bombeiros e dois mil policiais civis. Aí sim, vamos ter um pouco mais de segurança.

O problema não é só em Joinville, como v.exa. falou, na cidade de Vidal Ramos, num único dia foram assaltados dois bancos, só havia um policial de serviço e foi o primeiro a ser pego pelos bandidos. Então é uma situação muito grave.

Parabéns por seu pronunciamento, as duas partes estão corretas.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado Sargento Amauri Soares, infelizmente o tempo é curto e não dá para conversarmos mais um pouquinho.

Eu tinha outros assuntos para comentar e até pedi ao meu prezado líder, a grande revelação política, Cesar Souza Júnior, porque ele usaria a tribuna e, muito gentilmente, cedeu-me, mas acabei...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de deixar registrado que hoje, dia 3 de julho, a nossa Federação Catarinense dos Municípios - Fecam - completa 27 anos. O prefeito de Sombrio, José Milton Scheffer, que é do nosso partido, está à frente dessa importante entidade.

Também gostaria de deixar registrado, por parte da nossa bancada, que ontem foi comemorado o Dia do Bombeiro. Portanto, queremos deixar registrado aqui a todos os bombeiros de Santa Catarina, sejam militares, profissionais ou voluntários, o nosso mais digno respeito e dedicação por esse dia.

Obrigado, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, desejo, inicialmente, aproveitando a menção feita pelo deputado Kennedy Nunes sobre a Fecam, dizer que volta à discussão neste Parlamento um projeto apresentado na legislatura passada, pelo deputado Francisco de Assis, do Partido dos Trabalhadores, relativo ao chamado ICMS Ecológico, um instrumento, sem dúvida alguma, importante, que tem por escopo privilegiar, premiar, os municípios que têm ações importantes e que têm ativos consideráveis na área ambiental.

Sucedo, no entanto, que o projeto, aquele na forma como concebido, simplesmente vai determinar uma redistribuição do bolo do ICMS entre todos os municípios, privilegiando aqueles que têm esses chamados ativos ambientais, o que conseqüentemente fará com que outros tenham perda na repartição do ICMS.

Não foi por outra razão senão por esta que o presidente da Fecam, instado a manifestar-se sobre o projeto, endereçou um expediente a todos os deputados, e que está, inclusive, acostado aos autos do projeto que foi desarquivado, dizendo que a posição da Fecam é de muita prudência para que a matéria seja exaustivamente debatida, para que as quantificações sejam feitas, para que seja determinado o quanto cada município vai ganhar e o quanto cada município vai perder nessa nova divisão do ICMS, a partir da eventual criação do instrumento chamado ICMS Ecológico.

Eu entendo que, nesse caso, deveremos ter a maior parcimônia possível e não poderemos avançar sem respeitar exatamente essa proposição da Fecam que, afinal de contas, é a federação que abriga, representa e defende todos os municípios de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não! Ouço, a esse propósito, o deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado João Henrique Blasi, 15 estados da federação brasileira adotam o ICMS Ecológico. O ICMS Ecológico não é um novo imposto. Quando foi feita a Constituinte de 1989, em nível estadual, foram mantidos os mesmos critérios na redistribuição do ICMS - não foi na arrecadação, que continua a mesma coisa.

Até podemos falar isso porque durante o nosso governo em Florianópolis nós transformamos o município no maior arrecadador de ICMS do estado. De que forma? Cobrando a prestação de serviços que era da Telesc, Celesc e Casan, que tinham a sede aqui e que não pagavam em lugar nenhum. Inclusive, muitos ficaram admirados como Florianópolis arrecadava mais do que Joinville e Blumenau. Arrecada mais, sim, pela prestação de serviço e ICMS. Mas na redistribuição, na volta, éramos o quinto e nós nos transformamos em terceiro. Só que nós levamos quatro anos para fazer o cálculo e a grande beneficiada foi a nossa sucessora.

Bom, quanto à questão do ICMS Ecológico, nós pedimos para desarquivar, depois de passar pela secretaria. Já naquela época a Fecam manifestou-se com ressalvas.

Então, o que nós gostaríamos de dizer? Que vamos fazer isso que v.exa. colocou com toda calma, com toda tranqüilidade, mas que isso já existe em outros estados, não é um novo imposto, é apenas redistribuição. Até porque hoje quem cria mais emprego não é somente o critério industrial, que era um dos critérios da redistribuição. Hoje quem cria mais emprego, principalmente junto aos municípios, é o desenvolvimento sustentável, e tem que estar relacionado com o meio ambiente.

Eu dou um exemplo que eu acho injusto: toda água que a Grande Florianópolis consome - e a cidade pode ter um sistema de esgoto e uma qualidade de vida melhor - vem do município de Santo Amaro da Imperatriz, que tem 1/3 das suas terras preservadas, e não ganha nada.

Então, eu acho que um município pode ajudar o outro para manter uma melhor qualidade.

A questão das reservas indígenas e a questão da educação são assuntos apaixonantes. Nós pedimos para desarquivar e vamos seguir o conselho que v.exa. aqui levantou.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Sérgio Grandó, o nó górdio dessa questão reside exatamente naquela palavra que v.exa. mencionou há pouco: é a redistribuição do tributo. O que é uma redistribuição? É uma nova distribuição. Se vai ser uma nova distribuição, ela é diferente da distribuição atual. Uma nova distribuição em cima do mesmo valor vai significar o quê? Que alguns municípios vão ganhar e alguns municípios vão perder. É aí a dificuldade de equacionar essa situação, porque em tempos de vacas magras, digamos assim, algum município admitir perda na arrecadação mensal do ICMS é algo de difícil compreensão.

Por isso é amplamente justificável a manifestação de precaução e de zelo da Fecam, representando os municípios de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado João Henrique Blasi, quero parabenizá-lo pelo fato de trazer esse tema à discussão.

Tenho também preocupações a esse respeito e estou estudando essa matéria. Penso que é necessário que se discuta isso aqui nesta Casa, que haja um envolvimento, uma participação também nessa discussão da Fecam e de todos os municípios.

Mas nós precisamos usar um pouco de criatividade para poder encontrar mecanismos alternativos para fazer essa distribuição. Eu entendo justo que municípios que tenham as suas áreas tidas como de preservação, como é o caso de Santa Amaro da Imperatriz, que abastece com um manancial de água a capital dos catarinenses e os municípios da Grande Florianópolis, precisam de uma compensação. Mas a preocupação dos outros municípios também é válida. De forma que nós precisamos encontrar alternativas e, atendendo o conselho de v.exa., certamente com os debates que acontecerão aqui nesta Casa sobre este tema, nós haveremos de encontrar soluções. Eu mesmo vou ter a oportunidade de apresentar algumas, que já são motivo de estudos por nós sendo realizados.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Renato Hinnig, eu também considero absolutamente justo que aqueles municípios que têm os seus ativos ambientais, que os protegem, que os mantêm, possam receber um *plus*.

Agora, o grande problema é que esse *plus* não pode implicar em um *minus* para os outros municípios. É sobre essa equação que nós vamos ter que nos debruçar para encontrar uma alternativa.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado João Henrique Blasi, apenas uma sugestão: a Taxa de Compensação Ambiental hoje é recolhida e, pelo fato de não ter uma regulamentação a respeito, o Ministério Público é que tem dado destino a isso. Quem sabe esse seja apenas um dos instrumentos para compor recursos novos para poder fazer uma nova redistribuição a respeito desse assunto.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Quem sabe v.exa., com o conhecimento de causa que tem, com certeza poderá nos auxiliar sobremaneira a encontrarmos essa equação que a todos contemple.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado João Henrique Blasi, acho que o assunto que v.exa. levanta é de suma importância. Até foi este deputado que requereu o desarquivamento daquela matéria do deputado Francisco de Assis, porque na oportunidade não se pôde discutir como deveremos discutir neste período, agora.

Acho que v.exa. foi muito feliz quando colocou a preocupação de que não vamos prejudicar município nenhum nem beneficiar outros. Mas a discussão é válida, sim. A única coisa que me trouxe preocupação foi quando v.exa. falou na época das vacas magras, porque não é época das vacas magras, e sim época das vacas gordas, deputado! É apenas uma brincadeira!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Época de vacas magras para os municípios e de vacas gordas em outros lugares.

Sra. presidente, antes de ceder o tempo restante ao deputado Edson Piriquito, gostaria de fazer uma rápida menção, também em face do pronunciamento do deputado Kennedy Nunes, a respeito daquele crime hediondo havido na cidade de Joinville.

Confesso que desconheço as circunstâncias do crime e que estou tendo ciência da matéria apenas pelas notícias que os jornais, rotineiramente, a respeito veiculam, mas eu não posso me furtar, sob pena de injustificada omissão, de dar aqui um depoimento público de reconhecimento da idoneidade, da probidade e da capacidade profissional do delegado Dirceu Augusto Silveira Júnior, que foi chefe da Polícia Civil de Santa Catarina ao tempo em que eu fui secretário da Segurança Pública. Oxalá nós tivéssemos muitos outros delegados da estirpe do delegado Dirceu Augusto Silveira Júnior, hoje regional de Joinville, repito, pela sua probidade e pela sua competência que sempre demonstrou em todos os cargos pelos quais respondeu.

Cedo o tempo restante ao deputado Edson Piriquito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, pelo tempo restante do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente e srs. deputados, agradeço ao deputado João Henrique Blasi pela oportunidade de utilizar conjuntamente o horário do nosso partido, o PMDB.

Antes de abordar o tema que trago - e o meu tempo é exíguo -, quero parabenizar o deputado Cesar Souza Júnior, que no dia de ontem conduziu uma brilhante audiência pública discutindo um assunto polêmico e tremendo que está assolando as pessoas, os proprietários de terrenos, de imóveis, localizados nas ditas terras de Marinha.

Foi uma audiência muito concorrida, que contou com a presença de diversos parlamentares, se não me engano nove, e na qual houve uma riqueza de informações e de discussões. Ficamos todos passados - parlamentares, outras autoridades presentes e toda comunidade - com a atitude do governo federal nessa questão, no que tange a esse aumento exorbitante. Não que ele não seja legal, não estamos discutindo a legalidade, mas pela forma como foi apresentado pelo governo federal de reajustar, de apresentar o valor, alcançando o índice de diferença do exercício passado para este ano de até 1.400%.

Vejam que em algumas propriedades, deputado Kennedy Nunes, aquele proprietário que pagava R\$ 200,00 pela taxa de ocupação, pela taxa de uso daquele espaço da Marinha, passou a pagar R\$ 1.200,00, R\$ 1.400,00, R\$ 1.600,00. A avaliação foi feita de uma forma globalizada e não individualizada, de uma forma não muito clara, deixando todos os proprietários de terra de Marinha num descontentamento muito grande.

O partido DEM tomou a iniciativa - o deputado Paulo Bornhausen estava presente - e já ajuizou algumas ações. Esperamos que logrem êxito, e tenho certeza de que haverá um reparo para que não haja essa injustiça com os proprietários de imóveis localizados em terras de Marinha, ou seja, nos 33 metros da preamar.

É uma discussão polêmica, discute-se até o porquê de cobrar. Que taxa é essa que não é imposto e que não está inclusa como taxa? Que taxa é essa que, quando foi criada, era para a defesa nacional? Qual é a defesa nacional que vai ser feita, por exemplo, no município onde resido, em Balneário Camboriú? Como será feita a ocupação pela Marinha, em caso de haver uma guerra? Irá se derrubar os prédios, aquilo que está construído?

Portanto, é uma coisa que está desfocada. Eu creio que não existe uma identificação plausível e justificada para a continuidade dessa cobrança. Quer dizer, estamos discutindo o aumento abusivo, pelo governo federal, da base de cálculo; aumentou abusivamente a base de cálculo.

Mas também devemos discutir o porquê da continuidade dessa cobrança. Por que são cobradas terras da Marinha? Poderiam também ser cobradas terras do Exército, poderia também ser cobrado o espaço aéreo pela Aeronáutica!

Então, vejam só a aberração de um modelo antigo que, quando foi criado tinha justificativa, mas que hoje já não atende mais o porquê de sua existência, já não há mais o porquê de continuarmos tendo essa taxa. É uma taxa que não é uma taxa e que não tem um enquadramento jurídico justificado. Eu pergunto aos senhores: que tipo de taxa é a taxa de Marinha? E o porquê da continuidade?

Quer dizer, se há necessidade de reservar um espaço nos nossos municípios litorâneos para que sirva à defesa nacional, deve-se fazer onde existe o espaço, deputado Onofre Santo Agostini - e v.exa. que proferiu um pronunciamento sobre este tema. Mas como se vai fazer a ocupação onde já existe a propriedade, e os proprietários, inclusive, com título de propriedade?

Portanto, é uma discussão muito polêmica e hoje um advogado de Balneário Camboriú deixou uma mensagem no meu celular dizendo que lá na Justiça Federal já existe uma decisão favorável aos proprietários de terras de Marinhos. Então, acredito que esse assunto ainda vai render bastante e quem sabe, com essa ação do partido DEM, nós consigamos dar uma nova roupagem a esse entendimento e avançar para que os proprietários desses imóveis não sejam injustiçados. Inclusive não somente quem é abastado, quem tem poder aquisitivo, tem propriedade em terras de Marinha. Existem também os pescadores, as pessoas humildes, aquelas que herdaram terras e que também têm aquele direito.

O nosso tempo está findando, mas fica aqui a nossa palavra de agradecimento ao deputado Cesar Souza Júnior e ao deputado Darci de Matos, que esteve presente também. E nós já estamos nas tratativas para fazer a mesma audiência lá em Balneário Camboriú, através do deputado Cesar Souza Júnior e de toda a organização daquela importante comissão.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado José Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Digital e telespectadores da TVAL, neste primeiro momento eu quero colocar desta tribuna a observação feita aqui pelo deputado Kennedy Nunes, no que diz respeito à questão da segurança na cidade de Joinville, o que já foi amplamente defendido e colocado aqui pelo nobre deputado Onofre Santo Agostini, com muito conhecimento.

Quero reafirmar ao nobre deputado Kennedy Nunes que, lamentavelmente, o nosso país, na área de segurança, sofre realmente um momento muito crítico, muito precário, muito triste, porque hoje não se consegue realmente diferenciar o que é cidadania do que é vandalismo, lamentavelmente, em algumas classes da sociedade, o que já foi colocado da tribuna desta Casa. E, lamentavelmente, como bem colocou v.exa., isso é imputado realmente à classe menos favorecida deste país, ou, como colocou a deputada Ana Paula Lima, às classes da periferia.

Mas nós estamos vendo exemplos extremamente desagradáveis da questão da segurança pública. Quisera eu que nós tivéssemos a felicidade de o nosso estado estar num patamar diferenciado dos demais estados da federação. E estamos ainda. Nós podemos afirmar que a Polícia Civil e a Polícia Militar do estado de Santa Catarina ainda são as melhores em todas as áreas, em todas as questões inerentes a elas.

Mas não sei por que cargas d'água o deputado, no seu pronunciamento, ainda falou dessa questão, levando em conta a descentralização! Eu não sei por que colocar a descentralização numa questão dessas só para poder falar sobre ela. E, no meu entendimento, volto a reiterar, é a grande dor de cotovelo de parte da Oposição desta Casa, pois a descentralização está dando certo, está no caminho certo e vem sofrendo aperfeiçoamento por parte do governo do estado a cada dia que passa. Alguns não querem se conformar.

S.Exa. também falou sobre a questão do que houve na penitenciária de Joinville. Mas hoje ele trouxe uma versão completamente diferente daquela levantada à época, pela própria Oposição, trazendo um filme e fazendo 1.500 comentários. E nos trouxe a informação que a realidade não era bem aquela. Ainda bem! Porque, toda a área da Segurança, com o pronunciamento que fez naquela época, foi colocada no mesmo patamar, na mesma vala, o que não é real pelo que colocou o nobre deputado da tribuna desta Casa, neste momento.

Mas quero também parabenizar a Fecam pelo seu aniversário. É uma instituição importante para toda Santa Catarina, para as prefeituras de menor porte do estado de Santa Catarina, que deve ter realmente desta Casa o respaldo e o reconhecimento de todos os deputados e de todos os prefeitos deste estado. Parabenizo a Fecam pela passagem do seu aniversário, lembrado aqui da tribuna desta Casa também.

Mas o motivo principal da minha vinda à tribuna hoje, sra. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, é para falar sobre o art. 170. É lógico que nesta Casa existem deputados com muito mais conhecimento do que eu na área, já que são ou foram professores, enfim, são ligados às universidades, sejam elas quais forem. Mas o que vou passar a relatar agora é uma preocupação minha e, com certeza absoluta, de alguns municípios do estado de Santa Catarina que começaram também a implantar as suas universidades públicas, municipais e gratuitas.

Então, estou apresentando uma emenda, um substitutivo global ao projeto de Lei do sr. deputado Darci de Matos, que diz que 30% dos valores do art. 170 serão destinados para a concessão de bolsas. Nesta tarde, então, darei entrada a um substitutivo global ao Projeto de Lei n. 0017/2007 de autoria do nobre deputado, no qual eu proponho que 2% do montante da destinação sejam dirigidos às universidades públicas municipais. Esses recursos são angariados pelo governo do estado, através da lei de incentivos fiscais, concedidos às empresas de Santa Catarina.

Então, tive a preocupação de apresentar este substitutivo global e quero fazer aqui a leitura da justificativa, mas não sei se terei tempo suficiente. Mas meu objetivo ao subscrevê-lo é o de oportunizar ao aluno carente maior acesso ao curso superior. O projeto versa exclusivamente sobre um percentual de 30% do fundo no valor total que prevê a distribuição para o ensino superior de Santa Catarina. Mas soubemos que o governador do estado, nos incisos III e V da Lei Complementar n. 375/2007, ambos acatados por esta casa legislativa...

(Passa a ler.)

"O substitutivo disciplina que dois por cento dos recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior sejam destinados às universidades municipais legalmente reconhecidas pelo ministério da Educação e Cultura e, ainda, que atendam às disposições previstas na Lei Complementar que regulamenta a matéria.

Em se tratando de instituição de ensino público, o valor quantitativo equivalente às bolsas, será disponibilizado em espécie, devendo estes ser utilizados exclusivamente em melhorias e no desenvolvimento da qualidade do ensino das respectivas universitárias municipais."

Discorrer aqui a inquestionável situação da educação, que é uma das principais carências do nosso país, não é necessário, pois se trata de um fato notório. E que com a visível globalização, devemos realmente incentivar os administradores públicos municipais a partirem para essa linha de atuação. Nós sofremos nos nossos gabinetes dia-a-dia com pessoas nos procurando, pedindo a possibilidade da inclusão no art. 170 ou 171 para a concessão de bolsas, mas nós não conseguimos realmente contemplá-los porque, no meu entendimento, esta Casa, numa atitude bem sábia soube direcionar a maneira como elas seriam distribuídas, porque sabemos como no passado aconteciam as distribuições do art. 171.

Então, deixo aqui, sras. deputadas e srs. deputados, o meu pedido de que quando esta matéria chegar e for analisada na comissão de Constituição e Justiça desta Casa, os deputados olhem com carinho porque com certeza absoluta ela não fere nenhum princípio regimental e nenhum artigo constitucional já referente à elaboração do art. 171.

Os municípios de Santa Catarina têm lutado com dificuldades. E vou citar o exemplo do meu município, São José, que implantou a primeira universidade pública e gratuita no estado de Santa Catarina, onde 70% dos alunos oriundos das escolas públicas têm direito a ingressar diretamente, com a quantidade de 30% e os outros 30% são destinados aos demais concorrentes. Essa universidade hoje graças a Deus vai de vento em popa, mas nós precisamos de um suporte financeiro para que a mesma melhore cada vez mais e com certeza absoluta, se nós distribuirmos 2% do percentual do art. 171...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar a sra. presidente, as sras. deputadas e os srs. deputados, no dia de hoje.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Só gostaria de esclarecer a verdade ao sr. deputado José Natal, porque ele disse que o filminho da cadeia pública de Joinville foi rodado aqui nesta Casa por deputados da Oposição. Acho que v.exa. se esqueceu que quem rodou esse filme foi o deputado Nilson Gonçalves, que é do seu partido.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero neste momento fazer referências à plenária do Orçamento Regionalizado desta Casa que aconteceu no Alto Vale, na quinta-feira passada. Lá estavam os deputados Sargento Amauri Soares, José Natal e vários outros.

Quando defendi que no Alto Vale teríamos que fazer uma plenária para debater as prioridades, estava convencido disso e quero agradecer ao deputado Jorginho Mello e as comissões de Finanças e Tributação e de Orçamento pela compreensão. Além de a reunião ter tido um índice de participação efetiva, foi onde teve mais prefeitos, vereadores e lideranças políticas.

O mais importante é que como o Alto Vale tem quatro secretarias Regionais, o centro de oncologia saiu como uma das prioridades. E este é um dos itens, um dos quesitos que nós temos de forma contundente defendido nesta Casa para reduzir a "ambulancioterapia" de pacientes que necessitam de tratamento de câncer, pois precisam se dirigir às cidades de Florianópolis, Blumenau ou Lages.

As obras de infra-estrutura em todas as reuniões do Orçamento Regionalizado têm sido pautadas como prioritárias. Porém, na questão da saúde, para o Alto Vale, o centro de oncologia também se torna uma referência a ser contemplada no Orçamento, realizado por esta Assembléia Legislativa.

Por isso, agradeço às lideranças do Alto Vale, às secretarias regionais, aos deputados que lá estiveram presentes, porque como médico profissional da área de saúde sei o que representa isso no contexto dos pacientes, transportados diuturnamente nas BRs catarinenses, pois esses pacientes buscam o alento da melhora com o tratamento fora da nossa região, que hoje não contempla esse tipo de tratamento pela falta de condições físicas, de condições de pagamento, mas não pela falta de profissionais médicos qualificados.

Ao mesmo tempo quero ressaltar que estou apresentando nesta Casa um projeto de lei que terá como relator o deputado Marcos Vieira, para que os deficientes físicos possam adquirir seu veículo, da mesma forma que a lei federal os contempla, ou seja, para que possam trocar seu veículo adaptado a cada dois anos, com isenção de IPI. Alguns estados já contemplam essas pessoas com a isenção do ICMS. Mas a nossa lei estadual diz que esses portadores só podem trocar seus veículos a cada três anos. Estamos apresentando um projeto de lei, que está na comissão de Constituição e Justiça, no sentido de que o estado catarinense também possibilite isso ao nosso deficiente físico. Quer dizer, além de gerar renda e aquecer o mercado de veículos, também gera empregos e permite que mais trocas aconteçam e que mais segurança os deficientes físicos tenham ao adquirir seu veículo.

Também quero ressaltar uma coisa importante quando estive recentemente na China. Há uma matéria no *Jornal de Santa Catarina* que diz o seguinte: "Classe média cresce nos países emergentes". Um estudo publicado ontem pelo Goldman Sachs aponta que o surgimento de uma nova classe média no Brasil, China, Índia e Rússia transformará o comportamento de empresas em todo o mundo. Segundo o levantamento, o número de pessoas vivendo com mais de US\$ 3 mil dólares por ano dobrará no Brasil e na Rússia até 2015. Na China essa camada da população multiplicará por dez e na Índia por 14.

Isso mostra nitidamente que diferente do que acontecia antes do governo Lula assumir, um país em que a classe média decrescia, atualmente é uma classe crescente, aumentando o seu poder aquisitivo juntamente com os demais países do bloco chamado BRIC, que é o bloco de países emergentes, mostrando que este crescimento econômico representa a inclusão social de camadas da população que não tinham acesso a determinado segmento da economia e isto representa um crescimento fantástico neste país do ponto de vista do consumo e do desenvolvimento econômico. O mais importante é que será um desenvolvimento econômico sustentado porque quando se prevê isso para o ano de 2015 - e cabe salientar que estamos apenas em 2007 - os organismos institucionais já estão verificando que não tem mais bolsa que oscile no mundo que venha mexer com os pilares econômicos que estão se solidificando no Brasil.

Srs. deputados, ao mesmo tempo, no pouco tempo que me resta, quero fazer uma citação ao chamado projeto da reforma política que está havendo no Congresso. Em minha opinião - e o deputado Onofre Santo Agostini questionou uma série de comportamentos de parlamentares em Brasília -, também na reforma política o Congresso está pecando. O que estamos vendo lá nada mais é do que uma aplicação de botox para tirar rugas, não passa disso. Eles não se entendem! E aqui faço críticas também há alguns componentes do meu partido, porque a reforma política tem que ser um pilar de sustentação da moralidade pública. E os acordos fisiológicos para manterem bases partidárias não estão tendo embasamento ético de construção e de solidificação dos partidos como elemento precípuo da democracia.

Portanto, deputado Pedro Baldissera, o botox quando se aplica dura uma semana. E com certeza o próximo Congresso terá, novamente, que ficar batendo na tecla da reforma política.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, sobre a reforma política, a não votação da lista fechada, a não votação da lista flexível é manutenção do mensalão no Brasil. Portanto, o que os deputados do Congresso Nacional fizeram foi a manutenção do que foi denunciado em 2005, que será mantido nos próximos anos. É lamentável a decisão tomada. E temos que enviar uma nota de repúdio ao Congresso Nacional por não iniciar bem a reforma política que é o anseio da sociedade, dos partidos e da democracia.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência consulta os srs. líderes em função de que o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0134/2007, tem prazo no dia de hoje. Nossa consulta é no sentido de que votemos a medida provisória em turno único, igualmente os projetos que se encontram na pauta com votação em turno único e, posteriormente, realizemos uma nova sessão para votação das redações finais.

Consulto os srs. líderes se assim podemos proceder.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, com relação à Medida Provisória n. 0134/2007, que pretende alterar a Lei Complementar n. 0381/2007, que trata da reforma administrativa, nós tivemos, hoje pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, o momento de discutir e de debater sobre a mesma, a qual teve o parecer e o pedido de vistas do eminente deputado Joares Ponticelli, questionando a constitucionalidade da mesma.

Neste sentido, o art. 62 da Constituição Federal diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre a matéria:

(...)

III - reservada a lei complementar;"

[sic]

Portanto, a medida provisória encaminhada pelo excelentíssimo governador do estado Luiz Henrique da Silveira contraria o que prescreve a Carta Magna em seu art. 62, § 1º, inciso III.

Então, a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores é votar contra o instrumento utilizado para vetar o que estava contemplando uma emenda do deputado Rogério Mendonça, no projeto de lei complementar da reforma administrativa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota, líder do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu queria apenas pedir aos deputados da base do governo que se encontram em seus gabinetes que, por gentileza, venham ao plenário, porque estamos votando matérias de interesse do governo do estado de Santa Catarina e para isso precisamos deles para que as matérias sejam aprovadas.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, de repente o que vou falar vai causar polêmica e eu posso até talvez ser mal interpretada. Mas o governo do estado mandou para esta Casa diversos projetos de reforma administrativa e a última medida provisória que ele mandou para cá foi para fazer um conserto numa emenda feita pelo então deputado Rogério Mendonça.

Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores, desde o primeiro momento em que veio para esta Casa o aumento das secretarias de Desenvolvimento Regional, foi contra. Foi contra o aumento de 21 para 36 secretarias de Desenvolvimento Regional.

Com relação à região do médio Vale do Itajaí, houve a formação de mais uma secretaria de Desenvolvimento Regional na cidade de Timbó. E o que aconteceu com a cidade de Blumenau? Ficou com apenas três municípios: Gaspar, Pomerode e Blumenau. E agora o governador do estado quer incorporar a essa secretaria de Desenvolvimento Regional os municípios que ficam à margem da cidade de Itajaí, onde existe uma secretaria de Desenvolvimento Regional, que são os municípios de Ilhota e de Luís Alves.

Não dá para conceber isso, sr. presidente!

Não dá para conceber esse tipo de manifestação!

Eu acho que o ideal seria a não-criação da secretaria no município de Timbó e não a incorporação desses dois municípios à cidade de Blumenau. Por isso que desde o primeiro momento, quando essa reforma administrativa veio para esta Casa, sr. presidente, eu sabia que não haveria simplesmente a descentralização do governo, porque se houvesse e se as obras estivessem acontecendo, eu até daria a minha mão à palmatória. Mas o que eu vejo todos os dias nos jornais de circulação do nosso estado é a briga por cargos comissionados em diversas secretarias. Tanto o PMDB quanto o PFL ou o PSDB. O PMDB fica chateado porque o cargo foi ocupado pelo ex-PFL ou pelo PSDB, que não tem mais espaço no governo do estado. É dessa forma que está acontecendo.

Então, sr. presidente, eu quero aqui me manifestar e me posicionar contra e vou me abster dessa votação por respeito à população de Ilhota, de Luís Alves e da cidade de Blumenau. Se eu fui sempre contra a criação de secretarias de Desenvolvimento Regional, eu não posso conceber esse presentinho de repente que o governo do estado está dando para a cidade de Blumenau.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência informa que nós estávamos ainda em questão de ordem e a rigor os deputados iniciaram a discussão da medida provisória. Então, encerramos as questões de ordem e iniciamos a discussão da medida provisória.

Inscrito para falar, então, o deputado Marcos Vieira, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, temos duas situações: uma diz respeito ao que disse agora há pouco a deputada Ana Paula Lima quanto à ocupação de espaços dentro do governo estadual. Entendo que a referida deputada não é, talvez, autoridade suficiente para falar dessa questão, até porque, enquanto em Santa Catarina o governador Luiz Henrique da Silveira manda para esta Casa um projeto de lei reduzindo a quantidade de cargos comissionados em Santa Catarina, o presidente Lula cria, por medida provisória, mais de dois mil cargos comissionados no Brasil para atender os afilhados do Partido dos Trabalhadores e também os partidos que fazem parte da coligação nacional.

Agora, no que diz respeito à medida provisória, sr. presidente, eu quero resgatar a verdade dos fatos, até porque foi motivo hoje, pela manhã, de discussão na CCJ, quando da remessa a esta Casa, pelo sr. governador, do projeto de lei que tratou da reforma administrativa porque constava no texto original que as cidades de Ilhota e de Luís Alves continuariam a pertencer à cidade de Blumenau. Mas em razão de uma emenda parlamentar e da base de governo, inclusive, que é de autoria do deputado Peninha, esta Casa aprovou a sua emenda passando Ilhota e Luís Alves para a Regional de Itajaí, ficando Blumenau com somente três cidades.

O sr. governador está resgatando o texto original, tendo em vista que naquela época, por proposição do próprio relator, o deputado João Henrique Blasi, as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Trabalho aprovaram por unanimidade o relatório do referido acolhendo o texto original do governo.

Então, nada mais, nada menos do que resgatar o texto original enviado pelo governador do estado quando da remessa do texto a esta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, com relação à manifestação do deputado Marcos Vieira, eu vou depois manifestar-me sobre o conselho do Aécio Neves, que vê o aparelhamento e a criação de cargos sem necessidade pelo Lula e não vê o que o seu partido está fazendo aqui. Na semana passada nós já mandamos essa informação para o Geraldo Alckmin, que também não tinha a informação de Santa Catarina. Agora temos que avisar ao Aécio Neves que aqui em Santa Catarina o seu partido faz exatamente o mesmo, ou seja, o

aparelhamento da máquina, porque o que vimos nesses seis meses e pouco de governo foi briga quase a tapas por disputa de cargos, não encerradas ainda, pois estão ainda disputando algumas gerências ditas técnicas pela filiação partidária, avaliando nas pesquisas quem pode ser candidato, quem não pode ser. O único critério é político, não há nenhuma indicação técnica! É politicagem pura, grossa e desrespeitosa!

Mas com relação especificamente à medida provisória; com relação ao seu mérito, em que pese a minha bancada ter votado contra, e aqui há lideranças desses municípios que querem voltar a pertencer à Regional de Blumenau; com relação ao mérito, não vou nem discutir, deputada Ana Paula Lima, porque também temos posições contrárias a esse cabide de empregos, como sempre diz o nosso senador Raimundo Colombo. Agora, sr. deputado Pedro Uczai, o que o governo está fazendo aqui com essa medida provisória é uma afronta ao processo legislativo! Não vou entrar no mérito, tanto que o meu voto vista na comissão de Constituição e Justiça foi nessa linha.

O governo não pode, sras. deputadas e srs. deputados, consentar uma lei complementar com reforma administrativa! É quanto à forma que eu estou me posicionando. Meu voto vista foi contrário à admissibilidade da matéria quanto ao instrumento legal que foi apresentado, deputado Moacir Sopelsa. Então, é somente isso!

Diz o art. 62, § 1º, inciso III da Constituição Federal:

(Passa a ler.)

“§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

(...)

III - reservada a lei complementar;”

[sic]

E diz o § 2º do art. 51 da Constituição estadual:

(Passa a ler.)

“§ 2º - É vedada a edição de medida provisória sobre matéria que não possa ser objeto de lei delegada.” [sic]

E ainda o § 1º do art. 56 rege que a matéria reservada à lei complementar não será objeto de delegação.

Portanto, não é esse o instrumento legal para mudar uma lei complementar. Ela só pode ser modificada através de lei complementar. E aqui se está mudando uma lei complementar através de uma medida provisória. Este é o questionamento, ou seja, a forma que está sendo utilizada para corrigir, para reformar a reforma! Porque nós estamos aqui assistindo, deputado Kennedy Nunes, à primeira reforma da reforma, e olha que a lei da reforma não tem nem 60 dias ainda. Ela foi publicada em sete de maio, hoje é 13 de julho e em menos de 60 dias já está aqui para ser deliberada a primeira reforma da reforma e por um instrumento ilegal!

Nós vamos perder as eleições aqui como perdemos na comissão de Constituição e Justiça, mas ela vai ensejar, infelizmente, mais um questionamento judicial. É mais uma demanda por conta, deputado Silvio Dreveck, de uma demonstração de que o Regimento e a Constituição não estão sendo devidamente respeitados pelo governo nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com relação a essa medida provisória que redefine um espaço da Regional, nós nos pronunciamos hoje contrários, pela parte da manhã, na comissão de Constituição e Justiça, porque medida provisória alterando a lei complementar é uma excrecência ilegal e nós não podemos concordar com isso. Em segundo lugar, o que acontece hoje nessa votação, depois de 60 dias de aprovação da reforma, vai acontecer em outros momentos de outras Regionais, porque essas 56 novas estruturas regionais vão dar mais disputa entre PMDB, PSDB e PFL. E certamente terão outros municípios sendo alterados e modificados por esta Casa Legislativa.

Então, quanto ao mérito, nós somos contra essa quantidade de Regionais, contra essas estruturas políticas e administrativas. E cada dia mais a sociedade catarinense se convence de que é um grande equívoco o jeito de se construir a administração pública no estado.

Em terceiro lugar, o presidente Lula criou 600 novos cargos e não 2.000, como o deputado Marcos Vieira falou aqui na tribuna. E mais, quanto aos valores defasados de vários anos em cargos de direção do governo federal, todos reconheciam que havia salários de R\$ 1.700,00 em grandes estruturas administrativas e públicas. E dá para pegar caso por caso, pois houve um aumento de 39% para 139% em cargos de confiança em todas as estruturas legitimamente defensáveis e argumentadas aqui.

Portanto, não é discutindo e fazendo crítica ao governo federal que se vai tirar o mérito dessa medida provisória, dessa forma com que se está construindo aqui no estado essa estrutura, alterando, 60 dias depois, por medida provisória. Porque esta Casa irá votar outras medidas provisórias logo, logo, pois já está havendo, em vários municípios, necessidade de alteração dessa estrutura política e não estratégica de desenvolvimento social e econômico.

Queira Deus que o Tribunal de Justiça se pronuncie, deputada Ana Paula Lima, amanhã, em relação ao Fundo Social, porque esse instrumento de Regionais associado ao clientelismo, ao apadrinhamento e ao assistencialismo desse fundo é um bom casamento de estruturas políticas e de não-solução do desenvolvimento deste estado, de não-solução da mudança de vida do nosso povo catarinense.

É nessa direção que nos pronunciamos, ou seja, somos contra esse projeto, contra a medida provisória, porque ela tem vício de origem na constituição de medida provisória, que deveria ser por lei complementar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o deputado João Henrique Blasi, líder do governo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente e srs. deputados, eu vou me ater exclusivamente ao debate da matéria, que é esta medida provisória.

Os contornos fáticos que fizeram com que o governador enviasse a esta Casa uma medida provisória já foram bem explicitados pelo deputado Marcos Vieira ao dizer que, em função de uma emenda aprovada por esta Casa, houve uma alteração substancial na geografia política estabelecida para a secretaria Regional de Blumenau, que ficou adstrita a apenas três municípios: o município sede, os municípios de Gaspar e Pomerode, quando a idéia inicial era agregar a esses três municípios também os de Ilhota e Luís Alves.

Por isso o sr. governador, fazendo uso de um instrumento constitucional, democraticamente submete também a esta Casa a possibilidade de se fazer alteração para, em homenagem à racionalidade, restabelecer a conformação original da secretaria Regional de Blumenau.

A medida provisória tem que estar assentada nos pressupostos de urgência e relevância e ambos se fazem presentes na medida em que se trata de uma divisão regional, de uma série de cometimentos administrativos que dependem fundamentalmente da secretaria à qual estão vinculados os municípios.

Sob o ângulo jurídico, foi suscitado, já pela manhã e agora reiterado por alguns deputados, o que se encontra estabelecido no art. 62, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, que é literal ao dizer: "é vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar."

Do que tratamos aqui? De uma lei complementar? Sim, de uma lei complementar porque existiam nela algumas questões que obrigam a adoção de uma lei complementar, como é o caso, por exemplo, de toda a legislação sobre funcionalismo público.

Essa parte atinente à composição de secretarias por municípios é matéria de lei ordinária e aí socorre o nosso entendimento, nada mais nada menos, do que o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal em pelos menos duas decisões, uma do Rio de Janeiro e outra do Rio Grande do Sul.

A decisão do Supremo Tribunal Federal referente ao estado do Rio de Janeiro, relatada pela ministra Carmen Lúcia, a mais nova integrante daquela Casa, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...] O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a revogação da isenção do recolhimento da Cofins concedida pela Lei Complementar n. 70/91 por lei ordinária não afronta o princípio da hierarquia das leis." [sic]

De igual modo, o mesmo Supremo Tribunal Federal, na decisão agora relatada pelo ministro Sepúlveda Pertence, diz com todas as letras:

(Passa a ler.)

"[...] legitimidade da revogação pela L. 9.430/96 da isenção concedida às sociedades civis de profissão regulamentada pela Lei Complementar 70/91, dado que essa lei, formalmente complementar, é, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída, materialmente ordinária; ausência de violação ao princípio da hierarquia das leis" [...]. [sic]

No caso concreto, a matéria aqui em discussão, ou seja, a composição de uma secretaria é matéria ordinária; é questão materialmente ordinária, inserida numa lei complementar apenas e tão-somente porque essa lei complementar também versava sobre funcionalismo público e aí, sim, há necessidade de se adotar a lei complementar.

Por isso está coberto de razão, do ponto de vista jurídico, o governador do estado. Não há nenhuma razão para não se votar, sob o enfoque jurídico, esta questão que está confortada por duas decisões da mais alta Corte deste país.

Ademais, sr. presidente, na condição de líder do governo, o nosso encaminhamento é votação "sim" à medida provisória.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, nós, além de ouvirmos o deputado Joares Ponticelli, que falava juntamente com a bancada do PP sobre a ilegalidade, que nós entendemos que está acontecendo, e depois de ouvir o deputado João Henrique Blasi que traz aqui a condição contrária a esta posição jurídica, eu só gostaria de lembrar aos nobres deputados o art. 114 da nossa Constituição Estadual, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 114 - O Estado, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de seu interesse e de municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social, poderá, mediante lei complementar, instituir:

I - regiões metropolitanas;

II - aglomerações urbanas;

III - microrregiões.

§ 1º - A instituição de região metropolitana se fará com base em avaliação do conjunto dos seguintes dados ou fatores, entre outros objetivamente apurados:

I - população, crescimento demográfico, grau de concentração e fluxos migratórios;

II - atividade econômica e perspectivas de desenvolvimento;

III - fatores de polarização.

IV - deficiência dos recursos públicos, ou em um ou mais municípios, com implicação no desenvolvimento da região;

§ 2º - Não será criada microrregião integrada por menos de quatro por cento dos municípios do Estado." [sic]

A reforma administrativa que criou mais seis secretarias, ficando em 36 secretarias Regionais, está ferindo este parágrafo 2º do art. 114, da nossa Constituição, porque 4% dos nossos municípios dá 11,7 municípios por cada região.

Então nós entendemos, sr. presidente, que fere frontalmente a Constituição do Estado esta nova organização geopolítica, geo-administrativa, das secretarias Regionais.

Portanto, a secretaria de Blumenau e outras secretarias estão frontalmente contrariando este parágrafo, porque tem menos do que 11 municípios na sua região. E, portanto, por mais esta ilegalidade é que a nossa bancada, junto com a bancada do PP, já entrou na Justiça contra esta ilegalidade, e nós orientamos a nossa bancada que vote contrário a reforma da reforma da reforma da reforma, por conta de todas estas questões que já foram faladas e também por conta de que está indo contra a nossa Constituição Estadual.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

Vamos ao processo de votação.

Há requerimento sobre a mesa para que a votação seja nominal.

Pedimos a abertura do painel.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória nº 0134/2007, os que votarem "não" rejeitam a matéria.

Está aberto o painel de votação.

DEPUTADO ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	abst
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DERCYU DRESCH	
DEPUTADO EDSON PIQUIITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	não
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim", seis votos "não", e uma abstenção.

Está aprovada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Conforme entendimento com os srs. líderes vamos votar agora o turno único dos projetos de lei da pauta e depois a redação final das matérias.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0101/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a associação Atitude e Vida de Fraiburgo.

Ao presente projeto foi apresentado uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0114/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Cáritas Esperança Três Barras - CETRESB, do município de Três Barras.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0117/2007, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a Associação Bellunesi Nel Mondo Família de Siderópolis, com sede no município de Siderópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0240/2007, de origem da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 9.915, de 18 de setembro de 1995, que declara de utilidade pública o Centro Cristão de Assistência Social Bom Amigo, de Blumenau.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

De acordo com o entendimento de líderes, vamos encerrar a presente sessão.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h27min.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h27min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada de Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do vereador Silvano Garcia, de Balneário Camboriú.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito municipal de Antônio Carlos, Ivens Antônio Scherer.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Darci de Matos cumprimentando os bombeiros militares e voluntários pela passagem do Dia do Bombeiro.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica as viagens do governador Luiz Henrique ao exterior.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala dos direitos dos servidores militares e mostra gravações dos pilotos do Legacy que bateu no avião da Gol.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Propõe a criação do Fundo Social para a Saúde.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Rebate as críticas do deputado Joares Ponticelli ao não-pagamento dos recursos das bolsas de estudo do art. 170; salienta o alto nível da audiência pública da telefonia fixa e móvel.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica o nível dos comentários do deputado Joares Ponticelli sobre o governador Luiz Henrique.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Fala que a telefonia como concessão pública tem função social.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se ao atraso no pagamento dos recursos do art. 170; elogia a audiência pública da telefonia e fala da mudança da conta telefônica; aborda os comentários sobre a viagem do governador.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que o governo parcelou o que devia do art. 170 e está pagando em dia o parcelamento.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Opina que o art. 170 da Constituição do Estado deve ser cumprido à risca.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Tece comentários sobre a importância das viagens do governador para Santa Catarina; aborda o repasse dos recursos referentes ao art. 170 da Constituição estadual.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Defende a viagem do governador ao exterior.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Alerta para os perigos da construção de Angra III.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Defende a construção da hidrelétrica de Pai-Querê, na serra catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0134/2007.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a redação final por maioria.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria apenas de fazer o registro da presença do vereador Silvano Garcia, de Balneário Camboriú, que está visitando esta Casa de Leis.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro por v.exa., tem a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Da mesma forma, sr. presidente, só para fazer o registro da presença do prefeito municipal de Antônio Carlos, servidor desta Casa, Ivens Antônio Scherer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência igualmente registra a presença da ilustre visita.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0019/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0039/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0064/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0107/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0109/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0142/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0143/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0101/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0114/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0117/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0240/2007.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0408/2007, de autoria do deputado Professor Grando; 0411/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0412 e 0413/2007, de autoria do deputado Reno Caramori; 0414/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0415/2007, de autoria do deputado Julio Garcia e outros; 0416, 0417, 0418 e 0419/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0420, 0421 e 422/2007, de autoria do deputado Renato Hinnig, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que solicita envio de mensagem telegráfica à família do repórter fotográfico Olivio Silva Lamas, manifestando pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Narcizo Parisoto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de: Laguna, Concórdia, Maravilha, Rio das Antas, Campo Erê, Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Lourenço do Oeste, Faxinal dos Guedes, Água Doce, Jaraguá do Sul, São José do Cedro, Agrolândia, Rio do Oeste, Guarujá do Sul, Jacinto Machado, Trombudo Central, Irineópolis, Nova Veneza, São João Batista, Balneário Camboriú, Iomerê, Ibiã, Frei Rogério, Cunha Porã, Grão Pará, Santa Terezinha, São Bernardino, Saltinho, Bom Jesus, Jupiá, Penha, Bom Jesus do Oeste, Praia Grande, Palmeira, Bocaina do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, Treviso, Corupá, Paial e Alto Bela Vista, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Municípios de: Rio do Oeste, Santa Cecília, Rio Fortuna, Imbituba, Ilhota e Erval Velho, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que encaminha ao procurador-geral de Justiça, cópia digital do pronunciamento do diretor institucional do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de Emilio e Filomena Battistela, manifestando votos de pesar pelo falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Bombeiros Militares e Voluntários do estado, cumprimentando-os pela passagem do Dia do Bombeiro, comemorado em 2 de julho.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Já conversei com o sr. deputado Darci de Matos para subscrever este requerimento e aproveite a oportunidade para desejar felicidades e parabenizar todos os bombeiros de Santa Catarina, especialmente os praças, mas não deixando de citar também o comando do Corpo de Bombeiros, que está trabalhando para o fortalecimento da instituição, entendendo as necessidades deste novo tempo.

(O deputado Darci de Matos aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do deputado Darci de Matos, v.exa. subscreve o requerimento.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção, aos funcionários e aos leitores do jornal *O Comércio*, de Porto União, cumprimentando-os pelos 76 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao colonista social Arlan Alves, cumprimentando-o pela organização do 20º Encontro Estadual de Colunistas Sociais de Santa Catarina, realizado dos dias 29 de junho a 1º de julho, em Gravatal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Serra Engenharia, de Laguna, cumprimentando-a pela implantação do programa Lixo Nosso de Cada Dia.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, solicitando o envio de mensagem telegráfica à Federação da Agricultura de Santa Catarina, cumprimentando-a pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à prefeitura municipal de Chapecó, cumprimentando-a pela realização da 40ª Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó - Efapi.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Federação Catarinense dos Municípios, cumprimentando-a pelos 27 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Lions Clube Berço da Fiação, de Brusque, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Lions Clube Centro, de Brusque, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado e ao presidente da Fatma, pedindo a abertura de vagas para zootecnistas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, que requer a votação em plenário do parecer contrário da comissão de Justiça ao Projeto de Lei n. 0061/07.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Décio Góes, a ser enviada ao ministro dos Transportes e ao superintendente regional do DNIT, solicitando agilização na aprovação do projeto da rodovia BR-285.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Décio Góes, a ser enviada ao embaixador da Itália no Brasil e ao ministro de estado das Relações Exteriores do Brasil, solicitando a instalação de um consulado da Itália em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Romildo Titon, a ser enviado ao Departamento Estadual de Infra-Estrutura, solicitando informações sobre a pavimentação das rodovias SC-458 e 453.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Professor Grando, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre o cronograma de repasses das parcelas pendentes de bolsas do Prosed e do art. 170.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jailson Lima, a ser enviado ao Deter, solicitando informações sobre qual o valor atual da dívida das empresas de transporte coletivo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Presidência registra a presença do ex-diretor do Hospital Celso Ramos, Maurício Buendgens.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes do Rádio Alesc Digital, estou diariamente acompanhando pela imprensa catarinense o hoje chamado Diário de Veneza, que é o diário dos eventos que sua excelência, o governador, comanda nesta quinta excursão em pouco mais de seis meses de governo.

Nesta, como nas demais, deputada Odete de Jesus, pouco de produtivo vi até aqui. Eu ainda me recordo, deputado Sargento Amauri Soares, da primeira viagem que o governador empreendeu para o exterior, no início do primeiro governo. No retorno, numa badalada entrevista coletiva concedida na Casa do Jornalista, sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, anunciava que, fruto daquela viagem, haveria, deputado Dagomar Carneiro, a importação de aerobarcos que fariam a ligação do sul do estado com a capital e do norte do estado com a capital, ou seja, barcos de transporte rápido. Passados cinco anos não vimos nenhum barco voando por aqui ainda, deputado José Natal. Continuamos vendo o governador voando muito.

Mas o que me chama a atenção no diário de hoje, na coluna do jornalista Renato Igor, é uma notinha chamada Galileu, que diz:

(Passa a ler.)

"Nesta terça-feira, o governador Luiz Henrique da Silveira cumpre agenda privada. Recebeu o convite para participar, com a esposa, Ivete, da 11ª edição do Prêmio Galileu, em Florença. O evento é a maior premiação cultural da Itália. O casal se reintegrará à comitiva amanhã." [sic]

Há algumas coisas que, por mais que eu me esforce, deputado Kennedy Nunes, eu não consigo compreender. Como é que o chefe do Executivo, numa viagem oficial, ora está lá por conta do erário em eventos como governador, outrora está lá como um turista, que sai do terceiro mundo e fica deslumbrado, conhecendo as belezas da costa amalfitana, da Europa como um todo. Não consigo entender como é que se separa: até aqui vai a agenda oficial do governador, que é paga pelo erário. Aí interrompe e entra o Luiz Henrique turista. Daí o turista vai para o turismo. Eu só não consigo entender se o hotel daquela noite quem paga é o erário ou não; se esse percentual da passagem para fazer turismo é descontado e se as bodas da filha foram apenas uma coincidência.

Deputado José Natal, será que foi pura coincidência de agendas a filha de sua excelência, o governador, casar exatamente no período em que estava lá? Acho que foi o seguinte: ele resolveu fazer uma missão para a Itália e lá descobriu que a filha estava casando num belo restaurante, com uma grande festa. Ele disse: "Pessoal, vocês me dão licença um pouquinho, que eu só vou lá ao casamento da minha filha e depois volto para o trabalho". Isso é um deboche para o cidadão! Programar uma viagem para o exterior em função do casamento da filha! Isso já chega aos limites do deboche, deputado Kennedy Nunes, porque quem está pagando a conta é o povo!

Aliás, isso já é reincidência, deputado Silvio Dreveck. A imprensa divulgou que no final do ano passado o então governador bem aposentado Eduardo Moreira, naqueles oito meses que ficou no governo apenas e tão-somente para ganhar uma pensão vitalícia de R\$ 22 mil, aproveitou para fazer as bodas do casamento do filho nada menos do que no próprio Palácio da Agrônômica. E lá mesmo foi realizada a festa de casamento do filho do Eduardo. E a vizinhança do Palácio da Agrônômica - e a imprensa registrou isso - reclamou do barulho, da perturbação na madrugada porque a festa foi até o raiar do dia. Paga por quem? Servidores do povo lá servindo aos soberanos, como se aquilo lá tivesse sido transformado no palácio dos reis ou imperadores de qualquer país.

E agora o próprio governador Luiz Henrique empreende uma missão para o exterior, leva convidados, políticos e empresários e submete-os ao constrangimento. Porque esta Casa, inclusive, tem representantes, pois antes ninguém sabia que neste roteiro estavam incluídas as bodas de casamento da sua filha, aquela filha que, por pura coincidência também, em todo lugar que ela se apresentava como cantora - e quem teve a oportunidade de ouvi-la não

teceu as melhores críticas -, ora no Rio de Janeiro, outrora no Recife, em Goiânia, em Porto Alegre, em Curitiba, sempre que ela fazia um *show* numa dessas capitais, ou uma tentativa de *show*, lá estava o paizão coruja, o governador de Santa Catarina, na primeira fileira para puxar os aplausos, talvez preocupado que ninguém tivesse a iniciativa de aplaudi-la, se ele não tivesse. E as viagens que ele fazia também eram patrocinadas pelo bolso do contribuinte catarinense: avião particular, segurança, estrutura para ir, durante todo um período, tentar promover a filha cantora. Não tendo tido êxito na promoção da filha cantora, porque os que a ouviram cantar não devem ter gostado, a exceção dos CDs que foram distribuídos com o patrocínio de órgãos do governo do estado, principalmente a Codesc, que patrocinou a filha cantora, como aquilo tudo não deu certo, foi um fracasso a tentativa de torná-la uma cantora famosa, de renome nacional e internacional, agora sua excelência empreende uma viagem para o exterior para assistir às bodas de casamento da filha, segundo Cacau Menezes, com um chefe de cozinha italiano.

Enquanto isso os estudantes do art. 170, 30 mil estudantes, deputado Pedro Uczai, estão na angústia de entrar no recesso sem que uma só parcela do art. 170 de 2007 tenha sido paga!

Este governo já começou a zombar, a debochar do cidadão catarinense, eu não tenho mais nenhuma dúvida disso. Nós estamos aqui para alertar. Eu me sinto no dever de chamar a atenção da sociedade catarinense para mais esse deboche oficial do governo de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, queremos prosseguir no mesmo assunto que estávamos falando no pronunciamento anterior, no horário dos Partidos Políticos, ou seja, do evento do qual participamos, na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos dias 28 e 29 de junho, na quinta e sexta-feiras da semana passada, com a presença de representantes de entidades de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de todos os 27 estados da federação.

Dentre os assuntos discutidos, evidentemente estavam questões do aumento da violência e a Proposta de Emenda Constitucional n. 21, que está no Congresso Nacional e sobre a qual, da forma como está, temos várias reservas, mas queremos debater no sentido de aprová-la, de melhorá-la e de ampliar direitos dos servidores militares, especialmente dos praças que são setores, dentro das Forças Armadas e dentro das instituições estaduais, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, que têm naturalmente mais interesse nessas alterações.

Nós, servidores militares da base do sistema de segurança, temos grandes dificuldades, inclusive nas nossas formas de representação. Penso que essa preocupação não afeta a cúpula das instituições militares ou os setores chamados de oficialato, até porque essas instituições estão divididas de forma muito estanque nesses dois segmentos.

E uma questão muito importante que debatemos a respeito da PEC n. 21, de autoria do senador Tasso Jereissati, que está no Senado Federal, é a questão do direito de filiação partidária, de sindicalização e de greve, que precisa ser estendido aos servidores militares. Para se ter um exemplo, deputado Manoel Mota, todos os trabalhadores do estado de Santa Catarina, com exceção dos militares, têm direito a pertencer a um partido político, a concorrer a vereador em todas as 293 cidades do nosso estado. E, sendo eleitos, de exercer ao mesmo tempo a função eletiva de vereador e a sua profissão. Isso vale para os professores, servidores da Celesc, da Casan e para os policiais civis, mas não vale para os policiais e bombeiros militares nem para os outros servidores das Forças Armadas. De forma que isso exclui a possibilidade de participação, até porque na maioria das cidades o salário de vereador é menor do que o salário do servidor público. E mais, assumindo, sendo diplomado em cargo eletivo, o militar nunca mais volta para a ativa. Se ele tiver mais de dez anos, ele se aposenta proporcionalmente, e se tiver menos de dez anos, será excluído *ex officio*. Então, é uma situação que impede a participação efetiva dos militares.

Mas esse evento no Rio de Janeiro, entre outras coisas, discuti na plenária final e aprovou a moção que passo a ler:

"Dirigentes de Entidades Representativas de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 28 e 29 de junho de 2007, no II Encontro Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares, resolvem aprovar a seguinte moção:

Apoio irrestrito às legítimas reivindicações dos controladores de voo, com a liberdade imediata dos militares presos por reivindicar direito e pela abertura de negociação entre o governo federal e o comando da Aeronáutica e a legítima representação dos controladores de voo." [sic]

Penso ser muito importante essa moção porque vivemos num momento de silêncio que afeta naturalmente a sociedade e principalmente aqueles que dependem da aviação para se locomover em nosso país e do nosso país para fora ou de voltar para cá. No entanto, existem questões que precisamos colocar em debate. E gostaria de pedir a atenção dos senhores para um vídeo que vamos mostrar a respeito desse assunto, que esclarece bastante a situação.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Srs. deputados, não sei se foi possível ouvir todo o conteúdo da conversa, mas aquele ali foi o diálogo que se deu dentro do Legacy, aquele jatinho dirigido por dois pilotos americanos que bateu no jato do Gol matando quase 150 pessoas já no ano passado. E mostra a total irresponsabilidade no seguinte diálogo: "Será que está desligado, será que está ligado? Pois é, não sei, deixa assim mesmo". E ainda o outro falando em tirar uma soneca. Até que aconteceu o acidente.

E o que estamos vendo desde então no Brasil? Está-se vendo que todo o mundo tirou o corpo fora e está sobrando para os controladores de voo, que são praças da Aeronáutica. Houve uma crise e o governo federal estava viajando, o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, foi lá negociar com os controladores de voo e fez um acordo. O movimento foi suspenso e o controle do tráfego aéreo voltou ao normal. Três dias depois, por pressão do comando da Aeronáutica, o presidente Lula disse que o acordo não valia e voltou todo à estaca zero, voltou o problema no tráfego aéreo brasileiro.

Hoje em dia temos vários companheiros, sargentos da Aeronáutica, que estão presos; o comando continua na sua posição de que o problema é a má vontade dos controladores de voo; o governo federal não consegue determinar e ser obedecido pelo comando da base aérea e a população continua pagando o pato; também há um aproveitamento oportunista das empresas que estão ganhando dinheiro com essa crise.

Mas voltaremos ao assunto ainda esta semana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Dagomar Carneiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos, conforme determina o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, ocupo a tribuna, no dia de hoje, para enaltecer um projeto que está mudando a história da cultura, do esporte, do turismo e das Apaes de Santa Catarina, instituído por v. exa., sr. presidente, que é o projeto do Fundo Social.

Começo falando deste projeto, pois sabemos o quanto tem contribuído para o crescimento e o desenvolvimento do esporte e da cultura dos catarinenses. Esses recursos do Fundo Social são captados do ICMS das empresas direto para projetos específicos. E esse destino das verbas assim captadas tem sido na prática um grande incentivo e, por que não dizer, a salvação da cultura e do esporte, que até então esbarravam na falta de recursos para esse fim.

No início houve certa insegurança dos empresários em aderirem a essa forma de contribuição. Só que com o passar do tempo, os resultados começaram a aparecer na sua própria cidade ou região, tornando esses investimentos visíveis e palpáveis. Os empresários passaram a acreditar e a cada dia aumenta o número de empresas dispostas a contribuir.

Vendo esses resultados tão positivos, faço hoje meu pronunciamento propondo a criação do Fundo Social para a saúde. Sou cirurgião dentista de formação e iniciei a minha vida pública como secretário municipal de Saúde da cidade de Brusque, como o nobre deputado Silvio Dreveck, na cidade de São Bento do Sul. Por isso, nós, juntamente com a nossa bancada da saúde, deputado Silvio Dreveck, temos um conhecimento mais aprofundado dos problemas que atingem a saúde pública do Brasil e, mais especificamente, as grandes dificuldades financeiras que a rede hospitalar pública, filantrópica ou conveniada com o SUS passa hoje em todo o Brasil. Se não fossem as entidades religiosas, as festas populares e a contribuição generosa de alguns empresários, que hoje já vivem com imensas dificuldades, por causa da alta carga tributária, a maioria desses estabelecimentos de saúde já teriam fechado suas portas.

Tenho a certeza de que todos os srs. deputados sabem que a saúde é a grande preocupação das famílias e também constante motivo de reclamações e críticas de norte a sul, de leste a oeste do território brasileiro.

Srs. deputados, há muito tempo nossa classe política procura meios de ajudar a resolver este grande problema que aflige nossa população e os nossos hospitais. De que maneira podemos ajudar a salvar nossos hospitais? Pedir mais verbas para a saúde? Clamar pela divisão da CPMF entre estados e municípios? Nossas vozes não ecoam em Brasília, por isso temos que ser criativos!

O Fundo Social para a saúde é a solução e vai representar um grande avanço na qualidade dos serviços em todo o estado e a salvação da maioria dos hospitais que hoje estão próximos da falência, perto de fecharem suas portas.

Coloco hoje, aqui neste plenário, a ideia da criação do Fundo Social para a Saúde, pois tenho acompanhado de perto a situação financeira do hospital de Azambuja, de Brusque, minha cidade, que não é diferente da situação dos demais hospitais do nosso estado e, por que não dizer, do Brasil." Na cidade vizinha, Gaspar, o hospital acabou de fechar e o Hospital Santa Inês está em grande dificuldade, tanto é que todos os srs. deputados receberam correspondência pedindo socorro para não fechar suas portas.

(Continua lendo.)

"Nosso hospital de Azambuja atende todo o vale do rio Itajaí Mirim e o vale do rio Tijucas, sendo que quase 80% do atendimento é feito pelo SUS. Tenho a certeza de que não faltarão empresários brusquenses dispostos a contribuir de maneira efetiva e com somas significativas se tiverem o benefício da redução do seu ICMS pago através do Fundo Social para a saúde.

Srs. deputados, dessa maneira criativa pode surgir a solução definitiva para de uma vez por todas solucionarmos o problema dos hospitais e ao mesmo tempo garantirmos o atendimento hospitalar de grande parcela da população que usa a saúde pública.

Todos sabemos que os valores pagos pelo SUS aos hospitais estão há 13 anos sem nenhum reajuste. Treze anos, deputado Kennedy Nunes! Se hoje o governo federal aumentasse em 100% a tabela do SUS, ainda assim ficaria defasada, pois os valores pagos por procedimentos médicos e internações são irrisórios, fazendo com que todos os hospitais estejam com grandes dificuldades financeiras."

Senão vejamos alguns custos: em um parto realizado pelo SUS são pagos R\$ 191,55 e há um custo operacional para o hospital de R\$ 386,00; portanto, há 100% de defasagem. Para uma cesariana o SUS paga R\$ 321,69 e há um custo operacional para o hospital de R\$ 550,00. Para uma histerectomia o SUS paga R\$ 312,36 e há um custo de R\$ 900,00. Isso demonstra que a cada paciente internado para fazer uma intervenção cirúrgica pelo SUS, o hospital está tendo prejuízo. Por isso, a nossa sugestão é que as empresas possam doar o seu dinheiro, através de captação pelo Fundo Social, também destinado à saúde.

(Continua lendo.)

"A disposição e a possibilidade de empresas e empresários deixarem de fazer suas contribuições espontâneas e passarem a contribuir com algum benefício via ICMS, aumentará o auxílio aos nossos hospitais.

Cada hospital terá os parceiros empresários da sua cidade e da sua região e, por contrapartida, essas empresas, além do incentivo via ICMS, verão seus recursos aplicados na sua própria cidade, resolvendo um problema que até então parecia insolúvel.

Portanto, srs. deputados, sou favorável ao Fundo Social para a cultura, o turismo e o esporte, mas acho que também podemos incluir a saúde nesses benefícios, pois a saúde é necessária e importante para todos nós.

Sr. presidente, srs. deputados, por ser a criação do Fundo Social da Saúde competência do Executivo, estou encaminhando uma indicação ao governo do estado solicitando o envio de um projeto de lei a esta Casa alterando a Lei n. 13.334/2005, possibilitando a aplicação dos recursos do Fundo Social também para a área da saúde, com os recursos destinados aos hospitais públicos, filantrópicos e conveniados pelo SUS.

Tenho absoluta certeza de que isso será um marco para a saúde catarinense, passaremos a ser referência para todo o Brasil e estaremos salvando nossos hospitais."

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Os próximos oradores inscritos são os deputados Elizeu Mattos, Kennedy Nunes, Edson Piriquito e Manoel Mota.

Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, hoje quero falar sobre a audiência pública da telefonia móvel e fixa, que aconteceu na última quinta-feira, nesta Casa, quando questionamos a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras.

Mas antes de entrar no assunto quero dizer também que acompanhei o pronunciamento do deputado Joares Ponticelli e mais uma vez ocupo esta tribuna para corrigir uma fala de s.exa.

O deputado se referiu ao art. 170 e citou tanto o art. 170 do ano passado quanto o de 2007. E dentro do cronograma negociado com as instituições de ensino do estado de Santa Catarina, já foi encaminhado o depósito sobre a negociação do art. 170, no valor que foi programado pela secretaria de estado da Educação e pelo governo Luiz Henrique.

Então, às vezes, antes de falar, o deputado deveria ter perguntado ao secretário, a nós ou à assessoria da secretaria de estado da Educação, porque dentro daquele cronograma, deputado Manoel Mota, aquilo que foi acertado com todas as instituições está sendo cumprido e será cumprido por determinação do governador Luiz Henrique e do secretário Paulo Bauer.

Então, nós só queremos trazer a verdade a este Parlamento, a esta tribuna, para que as pessoas que nos assistem não fiquem com a informação distorcida de que não sendo cumprido, pois já foi cumprido e o depósito já foi encaminhado.

Mas quero falar sobre a audiência pública que realizamos no último dia 28, nesta Casa, através da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. Também apoiaram a nossa audiência o deputado Kennedy Nunes, a deputada Odete de Jesus, bem como todos os membros da comissão, quando tivemos, com alegria, a grande participação do deputado Kennedy Nunes, de todos as operadoras da Anatel, inclusive com a participação de dois gerentes, do coordenador estadual do Centro de Promotorias, dr. Jackson Goldoni; do coordenador do Procon e do presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB.

Enfim, todas as entidades participaram dessa audiência que vamos relatar após o aparte que vou conceder ao meu líder, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado Elizeu Mattos, nós acompanhamos, a cada instante, a cada momento, os parlamentares.

O eminentíssimo deputado Kennedy Nunes, na semana passada, afirmou que Lages não havia recebido o dinheiro da Festa do Pinhão e depois ele mesmo corrigiu dizendo que havia recebido dois dias atrás. Mas houve, evidentemente, primeiro o equívoco da denúncia de não ter recebido o dinheiro.

Hoje, o eminentíssimo deputado Joares Ponticelli veio aqui dizer que o governo não está cumprindo o art. 170, quando o governo já pagou a parcela que está dentro do cronograma de parcelamento que foi acertado com a Acafe. Está tudo em dia. Então, isso é para vender uma imagem distorcida do governo do estado de Santa Catarina.

Vir aqui mexer também com a família do governador, isso é coisa do deputado Joares Ponticelli; vir aqui dizer que o governador vai ao show, que está no Rio de Janeiro, que está em São Paulo, é faltar com a verdade, é falta de argumento, de discurso. Ele não tem mais o que atacar e entra na vida pessoal. É uma coisa lamentável!

Acontece que nós precisamos estar preparados para construir o futuro de Santa Catarina, para construir o que é bom para a sociedade, porque é para isso que nós estamos neste Parlamento, ou seja, para buscar resultados para a população.

Então, eu quero corrigir esses erros, esses equívocos e dizer que o governo de Santa Catarina está-se preparando para uma grande missão: governar para o povo de Santa Catarina. É isso que ele está fazendo.

Assim sendo, o governador Luiz Henrique da Silveira, quando viaja, é para buscar alternativas, buscar resultados para Santa Catarina, e é isso que está sendo feito. A cada instante ele está buscando resultados. Quem ganha? O povo, que soube escolher e eleger. E o povo elegeu Luiz Henrique da Silveira, reelegeu-o e com certeza o governador está buscando resultados, porque isso é fundamental para desenvolver o estado e melhorar a qualidade de vida do povo catarinense.

Obrigado, deputado, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte, deputado Manoel Mota, mas volto ao assunto telefonia.

Nesta audiência pública que tratou deste assunto, que contou com a presença de alguns deputados como Silvío Dreveck, Kennedy Nunes, Professor Grando, Edson Piriquito e Sargento Amauri Soares, discutimos o fato de que não houve a privatização da telefonia como se fala e sim uma concessão pública do sistema à iniciativa privada.

Portanto, uma concessão é pública, é como se fosse uma hidrelétrica, deputado Manoel Mota, em que se dá a concessão da exploração das águas de um rio a uma hidrelétrica.

Toda concessão pública tem os seus direitos, os seus deveres e tem o seu compensatório que cobramos, que o deputado Professor Grando nos ajudou a cobrar. Se uma parte dentro da concessão não cumpre com os seus deveres, deixa de ser concessão, porque sendo pública tem que ser cumprido aquilo que reza a concessão.

Tentamos ser o mais imparcial possível como proponente dessa audiência, mas o que encontramos foram reclamações, reclamações, reclamações e mais reclamações. O gerente-geral da Anatel esteve conosco aqui e a própria empresa está com dificuldades de explicar a mudança do plano de pulsos para minutos. A própria Anatel não sabe como vai comportar-se esse novo plano.

Penso que tivemos uma página bonita porque fizemos uma audiência de alto nível, que durou mais de cinco horas. Alguns compromissos foram assumidos e nós vamos fazer a Carta de Santa Catarina que, se Deus quiser, na semana que vem, já estará pronta, deputado Kennedy Nunes, deputado Professor Grando, pois a Anatel se comprometeu a responder item por item dessa carta que será a carta dos catarinenses.

O segundo compromisso firmado - e eu vou continuar outro dia este assunto - é que haverá postos de atendimento ao cliente nas macrorregiões do estado, o que já foi um avanço; não haverá mais necessidade, proposta essa feita pelo deputado Professor Grando, de encerrar um contrato e ficar um ano pensando; em 24 horas se encerrará o contrato e depois se negociará a dívida.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Nestes minutos que me restam, vou ceder um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado, se é uma concessão pública, como v.exa. falou e foi bem claro na audiência pública, ela tem função social, sim.

Não podemos admitir que nos digam que para 109 municípios de Santa Catarina, que correspondem a 6% da população, não se pode levar telefonia móvel ou fixa. E quero dizer mais: dos quatro milhões de telefones celulares, 77% são pré-pagos. Então, compram-se números de chamadas e, vencido o prazo, perdia-se o que se havia pago, o que é um logro. Agora não, vincula-se para terminar o resto, se forem comprados novos créditos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Kennedy Nunes, do PP, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, volto a esta tribuna para falar algumas coisas.

Eu estava ouvindo o deputado Manoel Mota que, no aparte ao deputado Elizeu Mattos, falava com relação a uma informação que eu havia dado aqui na semana passada e que depois conversamos com o prefeito e ele disse que havia sido depositado na conta um dia antes um dinheiro da dívida do ano passado que o governo tinha, mas que parece que havia um problema de prestação de contas do antigo governo e que havia ficado essa pendência. Eu vim aqui e corrigi isso.

Então, eu posso fazer o mesmo com relação ao art. 170, deputado. Eu sou obrigado a vir a esta tribuna e dizer que ou v.exas. estão enganados ou estão enganando v.exas., se estão dizendo aos senhores que o art. 170 está em dia! Estão enganando v.exas.

Srs. deputados, há pouco eu falei com o reitor da Universidade de Joinville, a Univille, sr. Paulo Ivo Koehntopp, e eu, com essa informação, fiquei contente e disse: "Puxa vida, a pendência lá do estado com a Univille está resolvida, deputado Silvío Dreveck, porque a Univille tem extensão em São Bento do Sul, por exemplo. Então, ela está resolvida! A reitoria lá da Univille deve estar faceira porque colocaram isso em dia".

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado, eu vou dizer por que está em dia. É que houve um acordo com os reitores sobre o pagamento do parcelamento, que está em dia. Não que tenha sido pago tudo aquilo que está vencido. Houve um parcelamento, os reitores concordaram e ele está sendo cumprido. Então, os parcelamentos estão em dia e para todos os efeitos as negociações também.

Eu queria esclarecer e dizer que v.exa. tem razão, mas não está completa a sua informação porque nós estamos colocando aqui com precisão aquilo que está acontecendo. O governo fez uma negociação, acertou o parcelamento e vem cumprindo religiosamente com os pagamentos desse parcelamento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Está começando a clarear. Então, não quer dizer que está em dia, porque quando v.exa. falou que poderia estar em dia e o deputado Elizeu Mattos também, eu fiquei contente. Mas eles me disseram o seguinte: que foi paga dias atrás a parcela do ano passado. Nós estamos, deputado Valmir Comin, em julho de 2007 e foi paga dias atrás a parcela de dezembro de 2006.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, meu líder, deputado Kennedy Nunes.

Eu quero, primeiramente, fazer um registro sobre a audiência que o deputado Elizeu Mattos promoveu com respeito à telefonia. Acho que é um assunto com o qual todos nós estamos preocupados e a população catarinense merece uma satisfação.

Em segundo lugar, deputado Kennedy Nunes, com respeito ao art. 170, deputado Manoel Mota, eu proponho a v.exa. que faça uma emenda constitucional para alterar a Constituição do Estado, pois para mim lei é lei: ou cumpre-se o art. 170 e paga-se o que está determinado na Constituição ou altera-se a Constituição, porque senão estaremos fazendo de conta de que se está pagando, mas não se está respeitando a Constituição estadual.

No ano passado, deputado Kennedy Nunes, as universidades, os nossos alunos teriam que ter recebido um valor da ordem de R\$ 53 milhões e estão recebendo R\$ 28 milhões, ainda com pagamentos deste ano.

Eu penso que se a Constituição determina tal percentual em valor, temos de pagar ou teremos de alterar a Constituição, porque se ficou devendo mais de R\$ 25 milhões! Na verdade, não há acerto de cronograma, a lei tem de ser cumprida porque foi feita para ser cumprida.

Então, era esta a manifestação, o registro que eu queria fazer.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito bem, deputado. Eu iria falar exatamente isso, porque esse parcelamento que a secretaria diz estar fazendo com as universidades é ilegal também, pois demonstra que o estado não está pagando o que deveria.

Deixar os alunos entrarem no recesso de julho sem a faculdade ter recebido nenhuma parcela do semestre letivo é colocar qualquer reitoria sob risco. Eu gosto quando o deputado Manoel Mota vem aqui refazer a informação de que o estado não está pagando em dia, o que está havendo é um parcelamento.

Mas, mudando de assunto um pouco, eu quero parabenizar o deputado Elizeu Mattos que, junto com a nossa comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, deu condições para que fosse realizada a audiência pública da telefonia, um assunto extremamente importante. Alguns avanços foram conseguidos, como v.exa. falou, mas o que mais me deixa preocupado é exatamente aquilo que nós todos, usuários da telefonia fixa, vamos ter que enfrentar nos próximos dias, porque nem a Embratel sabe bem como é que vai ficar, que é essa questão da troca de impulso por minutos.

Nós estamos bem perdidos, o consumidor está bem perdido. Se o órgão regulador, que é quem deveria saber explicar a mudança, está sem informação, imagine os nossos Procons, deputado Edson Piriquito, imagine a nossa população e nós, consumidores!

Deputado Manoel Mota, v.exa., que tem telefone fixo em casa, vai ter de escolher, a partir de agora, um plano de minutos e este plano de minutos pode trazer uma complicação, porque se v.exa. não souber escolher e fizer maior número de ligações que o minuto está podendo facilitar, v.exa. vai, em alguns casos, quadruplicar a sua conta de telefone! Então, todos nós estamos, especialmente aqui em Santa Catarina, mas eu acho que também o Brasil inteiro, deputado Elizeu Mattos, perdidos! A imprensa tem feito o seu papel tentando explicar aquilo que a própria Embratel não consegue explicar. Por isso estamos extremamente preocupados.

Nessa audiência que aconteceu, eu entendo que houve dois grandes avanços: a questão nas macrorregiões, o escritório com as pessoas lá para pararmos de falar com máquinas ou ficarmos esperando tempos e mais tempos no telefone, e a outra questão da obrigatoriedade de desligar o telefone em 24 horas e não de gente ficar pendente.

Eu tenho um caso particular! Eu tinha um telefone desses de grupo, empresarial e quando fomos terminar o contrato vimos que não dava porque tínhamos de esperar não sei quanto tempo, por causa disso, por causa daquilo. E até hoje o telefone está pendurado, mandaram passar para cartão, porque depois de cartão pré-pago passa para isso, passa para aquilo, uma complicação danada! V.exa. também estava com um problema, não sei se ainda está, com um telefone que usou na campanha e até hoje não conseguiu desligar. Então, é essa brincadeira de mau gosto que estão fazendo com os consumidores aqui em Santa Catarina. Parabéns, mais uma vez, pela audiência pública!

Para encerrar, deputados Manoel Mota e Elizeu Mattos, eu quero dizer que não foi a Oposição que falou que o governador está indo lá para o casamento da filha, não foi a Oposição que disse que o governador Luiz Henrique da Silveira faz coincidir agendas de viagens nacionais e internacionais com o *show* da filha. Foi a imprensa e, diga-se de passagem, quem publicou com exclusividade foi o jornalista Cacau Menezes, e o jornalista César Valente traz hoje um pouquinho mais de informação.

Então, dizer aqui que a Oposição está levantando este caso seria de uma falta de sabedoria, porque não foi a Oposição, está na imprensa, está no jornal *Diário Catarinense* e no jornal *Notícia do Dia* de hoje. Só estamos aqui como sentinelas dizendo para a comunidade.

Eu, sinceramente, deputado, não acredito que o governador foi lá por causa do casamento da filha, não posso acreditar que um governante possa fazer isso. Eu prefiro acreditar que a filha do governador telefonou para ele e percebendo que o pai estaria lá e a mãe também, decidiu casar no dia em que o pai estava lá, pois eu acho que o governador não faria uma coisa dessas.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Nobre deputado Valmir Comin, é muita honra poder fazer uso desta tribuna num momento em que v.exa. está no comando desta Casa.

Srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesec Digital, pessoas que estão aqui nas galerias da nossa Casa, servidores e população catarinense, a minha saudação.

Deputado Manoel Mota, como é engraçado as interpretações sobre os acontecimentos, mas antes de começar a falar a respeito dos pronunciamentos dos deputados Kennedy Nunes e Joares Ponticelli sobre a viagem do governador, deste homem que foi representar Santa Catarina no exterior, quero fazer menção à mensagem que recebi do advogado Paulo Santiago, de Balneário Camboriú, que me comunicou do sucesso de uma ação na Justiça federal no que diz respeito à impugnação dos pagamentos da taxa de marinha nesse valor exorbitante que o governo federal tem adotado.

Então, fica aqui feita a referência ao nome desse nobre advogado, a quem procurarei, para que possamos subsidiar a nossa população que tem sido atingida com essa taxa, informando de que há elementos, de que já existe vitória judicial a esse respeito.

É claro que o deputado Kennedy Nunes não viria aqui enaltecendo o governo do estado, é uma coisa lógica, é uma coisa óbvia, pois ele é oposição, faz o papel de oposição e procura achar na sua ação política os defeitos ou os possíveis defeitos do governo. E faz isso muito bem até, devido à sua eloquência, à sua experiência como uma pessoa dos meios de comunicação, mas que deixa de certa forma a comunidade confusa porque acaba não sabendo se o que o deputado fala realmente acontece ou não.

No jornal que temos em mãos, o *Jornal de Santa Catarina*, a notícia já não é negativa a respeito à viagem do governador Luiz Henrique da Silveira. A notícia que traz o *Jornal de Santa Catarina* dá o exemplo de um estadista, de um embaixador do estado. Ela coloca o governador Luiz Henrique da Silveira no local mais alto possível do pódio, dizendo: "Luiz Henrique destaca exemplo turístico de Venezuela".

E além da notícia ser totalmente positiva para o estado catarinense, pois demonstra o conhecimento desse experiente administrador, deputado Manoel Mota, no final ainda há uma observação que diz que há um repórter da RBS que acompanha o governador nessa viagem.

Será que o repórter da RBS também arquitetou essa ida dele para ir ao casamento? Será que é uma conspiração dos meios de comunicação, junto com o governo do estado, para poder aproveitar o dinheiro público? Será? Digo que não é, deputado Kennedy Nunes, até porque a RBS teve o cuidado de dizer que o repórter viajou com as despesas pagas pela emissora.

Agora, vou fazer uma investigação para saber se o repórter foi ao casamento, se comeu e se pagou também, porque senão v.exa. pode trazer uma nova suspeita aqui ao plenário: o governador paga ou então oferece o jantar ao repórter da RBS para que ele faça uma matéria positiva do estado catarinense. E a matéria é falsa, não é verdadeira.

O que é isso, companheiro?! O que é isso?! Estamos aqui tratando de coisa séria! Estamos aqui tratando do comando político-administrativo de um estado! Nós estamos aqui discutindo modelo de gestão!

Há o atraso do art. 170? Há e sempre houve! O governo Esperidião Amin também ficou devendo e pagou, porque existe a obrigação constitucional, senão não pagaria. Mas nós estamos pagando, sim! É inquestionável que estamos pagando. Quantas centenas ou milhares de pessoas recebem, beneficiam-se do art. 170? Quantos jovens? Quantos cidadãos catarinenses se beneficiam do art. 170?

O estado de Santa Catarina, saiba você, catarinense, participa muito mais do que o governo federal, que tem obrigação com o ensino superior, mais "n" vezes. Claro que ainda é deficiente. É claro, não vai conseguir atender a demanda, que é muito grande.

Mas o que é que existe? Existe um atendimento, através de um critério; existe um conselho do art. 170 nas universidades que são beneficiadas, que acabam recebendo o contrato do art. 170, que acabam recebendo esse convênio que estabelece, através desse conselho, os critérios para atender as pessoas menos assistidas, as que menos têm. Aqueles que podem pagar estão pagando, aqueles que não podem, nós estamos tentando fazer com que consigam ter acesso à universidade. E não existe nenhuma universidade que vai ficar sem receber, vocês podem ter certeza disso. Toda universidade receberá.

Mas é assim: eles procuram a matéria, eles procuram divulgar o que querem. Vejam só:

(Passa a ler.)

"[...]"

O vice-prefeito de Veneza, Michele Vianella, deu um recado aos prefeitos catarinenses: não façam como Veneza no passado, que investiu no turismo de massa sem se preocupar com a identidade e estrutura locais. O pensamento coincide com a opinião do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), em viagem de 14 dias à Europa. O catarinense defende o foco no alto poder aquisitivo dos visitantes, com marinas, resort e campos de golfe".[sic]

E de turismo eu posso falar, porque venho da cidade que tem uma grande projeção no estado catarinense e que vive eminentemente do turismo. Balneário Camboriú, a maravilha do Atlântico Sul. Uma cidade que é orgulho para todos os catarinenses, e esse é o foco, deputado Manoel Mota.

Eu elenquei aqui a minha preocupação com o Centro de Eventos da Santur. O que nós precisamos ter? Infra-estrutura, que é o que estamos debatendo aqui há 5 ou 6 meses, preocupados com a execução daquele grande centro de eventos, mas que tenha contemplado toda a infra-estrutura, que é o recado do vice-prefeito de Veneza, que é a linha de preocupação do governador Luiz Henrique, que é a nossa preocupação: trazer turismo de qualidade, transformar Balneário Camboriú, deputado Valmir Comin numa cidade economicamente viável o ano inteiro, nas 52 semanas do ano.

É disto que nós precisamos: preocupar-nos com a infra-estrutura das nossas cidades e olhar os acontecimentos de forma positiva e não ironizar o chefe maior do estado. Eu acho que esse não é o caminho. Acho que merece respeito por quê? Porque está lá! Foi eleito legal e democraticamente pelo povo catarinense. E se não bastasse uma vez, foi eleito duas vezes. Então não há o que contestar.

Volto a mexer em todos os discursos e vejo que as falas deles se repetem: é secretaria do Desenvolvimento Regional, e que não se pode fazer medida provisória, é isso e aquilo, mas no fim o que nós temos mostrado, o que nós temos vivido é a evolução do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - POIS NÃO!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentemente ouvindo o deputado Kennedy Nunes e quero dizer que não posso nem aceitar que ele tenha dito não poder acreditar que o governador Luiz Henrique fosse ao casamento da filha, como a imprensa colocou. Se eu fosse um filho e tivesse um pai que não fosse ao meu casamento, eu não consideraria mais esse pai.

Eu lamento o que disse aqui o deputado Kennedy Nunes. O governador foi a trabalho, mas se tivesse ido exclusivamente para o casamento, eu o defenderia neste plenário.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente e companheiros deputados, talvez os catarinenses que estão nos vendo e ouvindo e os srs. parlamentares poderão questionar o assunto que eu vou abordar, que considero da maior importância, porque é um processo educativo e de discussão. Nós sabemos que são forças muito poderosas que existem em nível mundial para que o Brasil construa a terceira usina nuclear, Angra III.

Nota que o próprio presidente da República e algumas autoridades públicas deste país estão divulgando isso como se fosse um assunto simples e direto, porque dizem que irá ocorrer um apagão no futuro, a falta de energia. Mas a verdade é que o Brasil tem as melhores opções, desde a questão solar para obter energia e a questão eólica, que são processos que estão barateando muito pelo quilowatt/hora, e há a questão hídrica, que tem uma matriz de aproximadamente 90%. É possível ainda recuperar muitos *megawatts* e utilizar o poder energético dos nossos rios. Mas ficam falando em construir Angra III e até hoje a humanidade ainda não encontrou uma maneira de preservar, conservar e proteger o que nós chamamos de resíduo nuclear, produzido por essas usinas.

Então, os senhores imaginem o perigo que nós teremos. Já ocorreram acidentes, a exemplo do césio 137, em Goiânia, com mortes. A questão em nível mundial está-se reduzindo. E, mais do que isso, é uma forma de chantagear o sistema do meio ambiente dizendo: ou aprovam as usinas hidrelétricas ou nós teremos a opção nuclear.

Sabe muito bem o deputado Valmir Comin que hoje é possível, através da tecnologia, obter energia limpa do carvão. Temos o exemplo dos Estados Unidos. E isso está-nos preocupando porque se em nível mundial o Irã, que tem todo o direito de utilizar energia nuclear, enfrenta o protesto das Nações Unidas, dos Estados Unidos, da Inglaterra e de outros países que não querem que aquele país desenvolva essa tecnologia e a energia nuclear, aqui no Brasil fala-se em energia nuclear sem problema nenhum, ninguém questiona, ninguém interroga o que isso significa.

Portanto, nós queremos levar essa discussão com maior profundidade para que todos tomem conhecimento, porque é algo que já estava esquecido e superado. E nós vemos muitas pessoas do governo defendendo isso sem haver um estudo, sem realizar audiências públicas ou discussões nacionais sobre essa opção: se o Brasil não tem alternativas melhores, mais baratas até e menos perigosas do que a energia nuclear.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Professor Grando, o assunto que v.exa. aborda nesta tarde, neste Parlamento, é pertinente. Na verdade temos outros meios para conseguir energia.

Discute-se muito, quando se fala em hidrelétrica, sobre o impacto ambiental. Mas um acidente em Angra, a radioatividade liberada, o impacto nas pessoas ninguém sabe a proporção, ninguém sabe os limites.

Lá na serra, temos a Pai-Querê. Tenho certeza de que o risco dessa usina ser construída e a quantidade de energia que ela vai produzir para país é mínimo, é ínfimo, se comparado ao risco da radioatividade dentro da usina de Angra, dentro de uma usina deste porte, porque não sabemos sequer onde serão guardados os resíduos, porque os resíduos serão eternamente radioativos.

Aconteceu com a cápsula de césio 137 em Goiânia, que fez um estrago em todo um bairro, há dez, 20 anos. Aconteceu o acidente em Chernobyl, que até hoje não foi resolvido e ninguém sabe como resolvê-lo.

Eu acho que daqui a pouco os órgãos ambientais não vão permitir a construção da hidrelétrica de Pai-Querê porque há um impacto ambiental. Mas agora já se fala em grande impacto, sobre o qual não temos domínio em termos de segurança, que é o impacto advindo da radioatividade.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Deputado Elizeu Mattos, o Ibama foi dividido: agora há o Instituto Chico Mendes para tratar das reservas e da conservação e o Ibama do licenciamento. E o próprio presidente coloca isso como uma forma de ameaça sobre as autoridades do meio ambiente: ou vocês aprovam a questão das usinas hidrelétricas ou vamos fazer a eletricidade através da usina nuclear.

Isso não é atitude de um estadista, isso tem que se discutir. Nós sabemos que a ministra Marina Silva é contra esse posicionamento, entendemos que temos que dar tempo ao tempo para que a análise ambiental desses principais projetos seja feita da forma mais correta possível, com menor impacto ambiental possível, mas não podemos viver sob essa ameaça feita pelo próprio presidente da República, talvez mal informado, talvez mal guiado, como se diz, porque há muitos interesses por trás disso e multinacionais.

Outra questão que também nos leva a refletir com muita calma é a questão do biocombustível. Hoje nós temos 800 milhões de proprietários na terra e dois milhões de usuários de carros, que vão estabelecer um conflito entre si. Por quê? Porque o biocombustível vai exigir cada vez mais terra, onde se planta alimentos, para produzir esse combustível.

Por exemplo, nos Estados Unidos irão plantar grande quantidade de milho. Essa quantidade de milho que será plantada, em vez de servir de alimento para a população, será objeto de subsídio porque servirá para produzir combustível, o dito biocombustível. A mesma coisa no Brasil: os canaviais já estão chegando a Mato Grosso do Sul e com a grande quantidade de canaviais que vamos ter, poderá haver um desequilíbrio ambiental.

Então, nós temos que analisar esta questão dentro do bom senso, de forma equilibrada, porque a questão do biocombustível é apenas uma medida mitigadora e como tal ela continua ainda poluindo quando

realiza a explosão dentro do motor do carro, seja álcool ou biodiesel. Desta forma temos que ter muito cuidado, porque alguns pensam que estamos tendo mecanismo de desenvolvimento limpo com um novo combustível, e não é isso.

Nós temos que ter um desenvolvimento sustentável, porque se formos optar pela questão econômica, até podemos crescer, mas crescer não é desenvolver e depois, mais adiante, nós poderemos querer retornar e o estrago na natureza já estará feito, não haverá mais retorno e os prejuízos serão muito maiores.

Então, temos que ir com calma, os escritores, pensadores, cientistas e até estadistas estão chamando a atenção que a produção de alimentos poderá diminuir muito em função das políticas de incentivo fiscal para gerar combustível naquele país que se interessar em exportar e crescer, mas poderá também estragar aquilo que temos de melhor neste país que é a nossa natureza, a forma do desenvolvimento sustentável.

Eu pediria a todos que nos estão ouvindo em todo e qualquer lugar de discussão: pensem e não deixem que volte a política nuclear, de desenvolvimento nuclear, que ocorreu no passado. Ela tinha saído da ordem do dia e agora está retornando por posicionamentos equivocados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos, de acordo com art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da sessão ordinária do dia 4 de julho de 2007: discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei ns. 0075 e discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0253/2007.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem à Escola do Teatro Bolshoi.

Esta encerrada a presente sessão.

ATA DA 013ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA HOMENAGEM À ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO DARCI DE MATOS SUMÁRIO

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Enfatiza que a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil tem cumprido papel social, cultural e de cidadania.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Fala da nova fase da Escola do Bolshoi e que ela representa uma parte muito boa de Joinville.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Destaca o trabalho desenvolvido pela direção da escola para conquistar um lugar de destaque no Brasil.

SECRETÁRIO GILMAR KNAESEL - Anuncia emenda ao Orçamento estadual de 2008 para assegurar recursos permanentes à Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

VALDIR STEGLICH - Discorre sobre a história do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo sr. deputado Gilmar Knaesel, secretário de estado de Turismo, Cultura e Esporte, neste ato representando o excelentíssimo sr. Leonel Pavan, governador do estado em exercício;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. desembargador José Volpato de Souza, neste ato representando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Valdir Steglich, presidente do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil;

(Palmas)

Sr. Pavel Kazarian, supervisor-geral do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Kennedy Nunes, digníssimo deputado estadual;

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Nilson Gonçalves, deputado estadual.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi convocada por solicitação do sr. deputado Darci de Matos, com a aquiescência dos demais deputados, em homenagem à Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Anunciamos também as seguintes presenças: srta. Leticia Gallotti, vice-presidente da Associação dos Profissionais da Dança; sr. Fernando Braga, representando neste ato o deputado Edinho Bez; sr. Ricardo Luiz Ziemath, presidente da Federação de Convention e Visitors Bureau do Estado de Santa Catarina.

Neste momento teremos a apresentação de um vídeo institucional da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

(Procede-se à execução do vídeo.)

(Palmas)

Esta mesa registra a presença do tenente bombeiro Eduardo de Lima, representando neste ato o comando-geral do Corpo de Bombeiros deste estado.

Convido o sr. deputado Darci de Matos para fazer uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Saúdo com grande alegria e com muito respeito o vice-presidente desta Casa, deputado Clésio Salvaro, representando neste ato o Parlamento catarinense; o excelentíssimo deputado Gilmar Knaesel, secretário de estado de Turismo, Cultura e Esporte, representando neste ato o excelentíssimo sr. Leonel Pavan, governador do estado de Santa Catarina em exercício; o desembargador José Volpato de Souza, que neste ato representa o Tribunal de Justiça de Santa Catarina; efusivamente o dr. Valdir Steglich, presidente do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, e em seu nome saúdo os funcionários, os professores e os alunos da Escola Bolshoi que se fazem presentes nesta sessão; o sr. Pavel Kazarian, supervisor-geral do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil; efusivamente os deputados de Joinville que fazem parte desta sessão: Kennedy Nunes e o amigo e companheiro Nilson Gonçalves.

Senhores, senhoras, imprensa, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais autoridades.

Sr. presidente, objetivamente desejo justificar a proposição da realização desta sessão solene: ela cumpre o objetivo de prestar uma justa homenagem à Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, a única escola do Bolshoi no mundo fora da Rússia; uma escola que se instalou e foi constituída no município de Joinville, há sete anos, pelas mãos do visionário, inteligente e pragmático governador de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira, que na época era o prefeito municipal; uma escola que é mantida por um instituto sem fins lucrativos, presidido, neste momento, pelo dr. Valdir

Steglich - e esse instituto busca, deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, apoio da sociedade civil organizada e da nossa comunidade; e uma escola que se tem constituído num ícone da cultura do Brasil, num instrumento, num equipamento turístico para Joinville, para Santa Catarina e também para o Brasil.

Podemos fazer muitos agradecimentos pelo fato de essa escola ter divulgado Joinville e Santa Catarina para o mundo. Devemos agradecer ao governador Luiz Henrique da Silveira, à nossa comunidade, aos vereadores de Joinville, aos empresários, aos nossos deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves. Mas não poderia deixar de fazer um agradecimento ao deputado Gilmar Knaesel, que, através de sua secretaria, tem possibilitado, com o apoio do governador, a captação de recursos fundamentais, presidente Valdir Steglich, para que a Escola do Teatro Bolshoi possa continuar prestando um serviço relevante à nossa comunidade.

Concluo afirmando, sem medo de errar, que a Escola do Teatro Bolshoi tem cumprido o seu papel não somente cultural, mas também um papel, deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, de um viés social de cidadania porque tem proporcionado uma verdadeira inclusão social. Ora, dos 300 alunos que a escola possui, 95% deles são bolsistas, alunos extremamente carentes, como pudemos constatar no vídeo há pouco projetado. Portanto, essa escola, além de formar profissionais, forma, acima de tudo e fundamentalmente, cidadãos, preparando o caráter e a personalidade dessas crianças, desses adolescentes que vão dirigir a nossa cidade, o nosso estado e o nosso país. É uma escola que pratica, efetivamente, a cidadania.

Encerro, portanto, dizendo que a escola tem dado qualidade e fortalecido o maior festival de dança do mundo, que é o Festival de Dança de Joinville, que se vai realizar agora, no mês de julho, cedendo professores, instalações, enfim, contribuindo para que o festival continue sendo relevante e significativo para Joinville, para o estado e para o Brasil.

Portanto, parabéns ao seu presidente Valdir, aos funcionários, aos professores, aos alunos e ao município de Joinville.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, em seu nome permita-me, até por uma questão de economia de tempo, citar e nomear todas as autoridades aqui presentes já nominadas.

Senhoras e senhores, público que nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero dizer aos alunos que eles embelezam esta Casa, trazem a beleza e a esperança de um futuro bem melhor. É bonito ver estes alunos aqui. Eu sei que há pais orgulhosos, que estão com um sorriso dez para as duas vendo os filhos aqui. Eu, que sou pai, fico pensando que bom. E no vídeo dizia um pai: "Eu me vejo nele". Realmente, a tendência é o pai realizar muitos sonhos nos filhos. Eu quero dizer que vocês representam uma parte muito boa da nossa cidade.

Gostaria de dizer que fiz questão de estar aqui. Tenho compromisso agora, em Itajaí, mas quando o deputado Darci de Matos me fez o convite e pediu que eu ficasse aqui - eu já poderia estar lá no meu compromisso -, eu o fiz por uma razão, presidente Valdir: eu já fui bastante crítico da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil e eu estou acreditando nesta nova fase. Eu venho aqui prestar a minha solidariedade e apostar nesta nova fase que a escola vive agora, uma fase pós tantos momentos desagradáveis que passaram e que todos nós, joinvilenses, ficamos envergonhados de algo tão bonito, desta flor tão bonita da cidade de Joinville, ser manchada por tantas coisas que passamos.

Venho aqui só para dizer uma frase: aposto em vocês. Não nos envergonhem porque a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil precisa chegar aonde foi projetada, que é formar cidadãos, que é formar gente até com esta postura ereta que vocês têm e que nos leva até a dar uma esticadinha. Enquanto ouvia o hino nacional, eu percebi que estava com o ombro meio caído - a minha mãe sempre dizia para levantar o ombro -, comecei a ver vocês e fiquei até meio empolgado. Pena que não existe sapatilha para o meu tamanho.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, tanto quanto o deputado Kennedy Nunes, especialmente o deputado Darci de Matos, que cumprimentou todas as autoridades que compõem a mesa, quero fazer o mesmo, ou seja, cumprimentar todos cumprimentando o presidente Valdir, do Instituto Escola do Teatro Bolshoi, e especialmente também o Pavel Kazarian. Cumprimentando estas duas pessoas, quero que todos se sintam cumprimentados. E evidentemente não poderia deixar de cumprimentar os pais, os parentes, os amigos, os professores e os alunos da Escola do Teatro Bolshoi.

Eu estava sentado apreciando a postura de vocês e fazendo um retrospecto na minha mente do Balé Bolshoi desde a sua instalação em Joinville, fruto de uma iniciativa belíssima do nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

E, analisando, parei no meu amigo Valdir, médico, que foi quem, há alguns anos, colocou alguns ossos meus no lugar devido a um acidente de moto. Vejo que o Balé Bolshoi precisava passar aqui pela Assembléia Legislativa e quero cumprimentar o deputado Darci de Matos pela feliz idéia de trazê-lo para que pudéssemos prestar esta homenagem, resgatar um pouco dessa luta dessa diária que têm os professores e as pessoas que com ele se envolvem.

Quando o Balé Bolshoi veio para o Brasil era uma coisa e hoje é uma grande família, tenho certeza de que é uma grande família. E sendo assim, sofreu horrores os percalços de algum tempo atrás e foi preciso um Valdir, um doutor Valdir, juntamente com alguns abnegados, tomar a frente, renunciar, muitas vezes, ao lazer, à sua própria profissão, para que o Balé Bolshoi voltasse a ser uma referência em nível nacional.

Eu conversava com esse rapaz aqui ao lado, Pavel Kazarian, e notei que ele tinha um sotaque um pouco diferente e perguntei-lhe: "O senhor é de onde?" Ele respondeu: "Sou russo".

Pois bem, ele veio para ficar dois meses no Brasil e acabou ficando de vez. Tenho certeza absoluta de que não vai embora! E isso por paixão e amor pela Escola do Teatro do Bolshoi no Brasil.

Ele citava cada aluno que está fazendo parte do Balé Bolshoi de hoje, falando as suas características com prazer e com orgulho. São 95% alunos bolsistas e nós temos aqui a representação deste país inteiro dentro do Balé Bolshoi.

Não preciso dizer mais nada, apenas agradecer ao deputado Darci de Matos, aos professores que não deixaram cair, que não permitiram que o Balé Bolshoi deixasse de ser o grande ícone da dança neste país.

E agora, já, já, teremos o grande Festival de Dança de Joinville novamente!

Parabéns pela luta e pelo exemplo de vida que cada um de vocês dá!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, para falar em nome do nosso governador em exercício, sr. Leonel Pavan, o secretário de estado de Turismo, Cultura e Esporte, deputado Gilmar Knaesel.

O SR. SECRETÁRIO GILMAR KNAESEL - Deputado Clésio Salvaro, primeiro vice-presidente da Assembléia Legislativa, neste ato presidindo esta sessão solene;

Excelentíssimo desembargador José Volpato de Souza, que fez sua carreira no Judiciário em Joinville e que hoje representa o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Excelentíssimo deputado Nilson Gonçalves, que representa Joinville e a região norte nesta Casa;

Deputado Kennedy Nunes, que também representa Joinville e a região norte do nosso estado na Assembléia Legislativa;

Dr. Valdir Steglich, presidente do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil e em seu nome quero saudar todos os dirigentes, professores, funcionários;

Quero saudar Pavel Kazarian, supervisor-geral da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil; o nosso coral da Assembléia Legislativa, que mais uma vez abrilhanta a nossa sessão solene; as senhoras e os senhores; a imprensa e, de forma muito especial, os nossos alunos da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

Primeiramente, quero dizer que voltar à tribuna desta Casa é sempre uma felicidade. Este é o meu quinto mandato de deputado estadual e estou licenciado para ocupar o cargo de secretário de Cultura, Esporte e Turismo a convite do governador Luiz Henrique da Silveira, mas sempre que posso estar aqui, estou na minha casa e sinto-me feliz.

Inicialmente, peço escusas e trago os cumprimentos do governador em exercício, o nosso vice-governador Leonel Pavan, que pretendia estar aqui conosco, mas na última hora uma reunião administrativa no centro administrativo reteve-o. Da mesma forma, o nosso governador Luiz Henrique da Silveira, que todos sabem que está em mais uma viagem internacional, senão com certeza estaria aqui e neste ato estaria falando para todos sobre a história da Escola do Teatro Bolshoi desde seu início até este momento em que ela se está consolidando. Mas sua excelência está na Europa, onde além de defender interesses do nosso estado e buscar parcerias, está também sendo palestrante de

um dos maiores eventos culturais da Europa, que é o Festival Cultural de Ravelo, de onde procura trazer um modelo parecido para ser realizado aqui em Santa Catarina e aqui em Florianópolis no ano que vem. Quer dizer, mais uma vez está em busca da parceria cultural com a Europa para ser inserida no nosso estado de Santa Catarina.

Mas eu acompanhei como deputado estadual essa trajetória dos dez anos da Escola do Teatro Bolshoi. Todos nós aqui que temos mandatos mandatos, acompanhamos desde o início a escola e toda essa visão do governador Luiz Henrique, então prefeito de Joinville, no sentido de oferecer à sua cidade, ao nosso estado e ao país a referência na dança no nosso Brasil. E sabemos das dificuldades. Primeiro a idéia, e quantas críticas, com certeza, aconteceram! É um maluco! Isso não existe! Isso é impossível! Depois veio a consolidação, os primeiros passos, os convênios, as tratativas burocráticas, enfim, tudo o que era necessário para implantar a escola. Também houve dificuldades, não apenas dele, mas de todos os que participaram dessa idéia, desse projeto.

E nesses dez anos, nós tivemos dois momentos distintos e importantes: o da implantação e o da consolidação, sendo que neste ano vamos formar os primeiros alunos. Inclusive, quero saudá-los de uma forma elegante e, com certeza, o traje que vocês estão, hoje, usando é o de gala. É a forma elegante como se estão portando já mostra a educação que receberam no sentido da formação e que aqui foi vista através do vídeo e também colocada por todos os deputados que já falaram, que não é só aprender a dança clássica, mas, enfim, formar um ser humano, um cidadão.

E dentro disso vem o momento da consolidação. A escola já teve grandes parceiros em nível nacional, mas por razões políticas, eu não sei, perdemos alguns apoios, infelizmente. Agora depende única e exclusivamente da parceria local. E este ano, logo que retornamos à secretaria, o governador nos falou da necessidade da parceria com a escola no sentido de aportar recursos para sua manutenção. Imediatamente houve a mobilização dos deputados, principalmente dos deputados Darci de Matos e Nilson Gonçalves, que estiveram na secretaria pessoalmente nos procurando no sentido de dar apoio. Mas não posso esquecer do apoio do prefeito Marco Tebaldi, que pessoalmente nos ligou em duas ou três oportunidades para saber como estava esse projeto, pois precisávamos e tínhamos pressa de consolidá-lo. O Valdir então, nem se fala, esteve em contato conosco inúmeras vezes.

Aprovamos o projeto e hoje está aí a possibilidade de manter a escola este ano. Mas isso não é tudo, nós precisamos dar segurança para que a escola possa iniciar o ano sabendo com quem pode contar como parceria.

Portanto, deputado Clésio Salvaro, nosso primeiro vice-presidente, no Orçamento Geral de 2008 que iremos aqui aprovar, com certeza, a secretaria de Cultura, junto com o Conselho Estadual de Cultura, inserirá uma emenda no sentido de assegurar recursos permanentes para a Escola do Teatro Bolshoi.

(Palmas)

Essa é a grande resposta que temos que dar para que as crianças, os professores, os diretores e os profissionais que lá trabalham possam ter a segurança da continuidade da escola em nosso estado.

Eu estou aqui falando em nome do governador Luiz Henrique da Silveira, em nome do governo do estado e tenho certeza absoluta de que essa tranqüilidade que a escola viveu e vive, vai acabar definitivamente.

E ainda quero registrar para este ano duas grandes parcerias com as quais a escola poderá contar. Uma, do Teatro Nacional do Rio de Janeiro, pois o nosso estado, no Encontro Nacional do Turismo, será homenageado nacionalmente. Nós faremos uma apresentação cultural lá no Teatro Nacional, com o qual estamos fazendo uma parceria e vamos fazer uma apresentação da Escola do Teatro Bolshoi para mostrar a sua força e a sua beleza.

O segundo grande evento será internacional. Nós temos também, em Buenos Aires, o nosso Encontro do Mercosul, o encontro dos destinos turísticos, onde também vamos representar o estado de Santa Catarina. Pois vamos levar a Escola do Teatro Bolshoi para o Teatro Colón, de Buenos Aires.

Quero agradecer as palavras do deputado Darci de Matos e a referência que fez ao meu nome, mas eu tenho apenas que cumprir o meu papel como secretário de estado de Cultura. E tudo que for bom para Joinville, para o estado e para o Brasil, em termos de cultura, nós temos que estar presente.

Então, eu fiz a minha parte e não posso esquecer também a parceria do Conselho Estadual de Cultura, através do Ely Diniz, que representa Joinville e que aprovou esse recurso para a Escola do Teatro Bolshoi.

Parabéns a todos e vamos continuar! E a vocês, crianças, que já manifestaram essa possibilidade, essa alegria, quero dizer que são uns felizardos por estarem em uma das melhores escolas do Brasil e, quem sabe, do mundo.

Um abraço a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Convido para fazer uso da palavra neste momento o dr. Valdir Steglich, presidente Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

O SR. VALDIR STEGLICH - Boa-noite a todos!

Inicialmente quero cumprimentar o deputado Gilmar Knaesel, representante do governador em exercício Leonel Pavan;

Excelentíssimo deputado Clésio Salvaro, vice-presidente desta Casa;

Excelentíssimo deputado Darci de Matos, na pessoa de quem saudamos todos os srs. deputados estaduais presentes nesta Assembléia;

Ilustríssima sra. Leticia Gallotti, vice-presidente da Associação Profissional de Dança do estado de Santa Catarina - Aprodança -, na pessoa de quem saudamos todos os artistas, em especial aqueles ligados à dança, aqui presentes.

Demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"O compromisso da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil está na programação do desenvolvimento humano por meio da capacitação profissional de crianças e adolescentes. Atualmente o projeto atende 296 alunos com os propósitos de formação artística, educação global e preparo para a cidadania.

A escola articula ao seu trabalho educativo a realização de espetáculos e atividades culturais que já beneficiaram, em sete anos de história, cerca de 600 mil pessoas no Brasil.

A oferta de educação técnica-profissional está conectada, portanto, às propostas de formação de público que democratizam o acesso da sociedade à cultura. Investimos na arte como forma de conhecimento que explora a capacidade humana de imaginar e criar. Estamos a serviço da humanização e da sensibilização do homem.

Investimos em cultura como ferramenta de educação, transformação, protagonismo e valorização das pessoas e da sociedade. E acreditamos ainda em seu valor sócio-econômico: a cultura é capaz de aliar à evolução pessoal a geração de empregos e renda.

De fato, o Bolshoi brasileiro emprega formalmente 58 colaboradores, além de gerar oportunidades de trabalho com a realização de espetáculos e ações artísticas. A Escola do Teatro Bolshoi no Brasil é internacional. Um projeto que compartilha com o renomado Teatro Estatal Acadêmico Bolshoi da Rússia o propósito de formar artistas na área da dança com excelência para atuação no mercado nacional e internacional. A escola, em apenas sete anos, esteve presente em países como Rússia, Itália, Alemanha, França e Portugal.

O ingresso de alunos em companhias internacionais como Boston Ballet (Estados Unidos), Ballet Bolshi (Rússia) e Manheim Ballet (Alemanha) atestam a qualidade do ensino ofertado na sede catarinense.

Reunimos em Joinville crianças e jovens das cinco regiões do Brasil, representando 22 estados brasileiros. Este espaço de diversidade regional brasileira é enriquecido ainda mais com a presença de alunos naturais de outros países: Argentina, Paraguai, Holanda, Estados Unidos e Inglaterra.

Do mesmo modo, o projeto acolhe funcionários russos e brasileiros de variadas partes do país. Respeitamos e valorizamos as diferenças culturais. Acreditamos que a diversidade enriquece a vida das pessoas que compõem a escola e a vida de nossa comunidade.

Srs. deputados, nosso comprometimento é com o presente e o futuro de crianças e jovens. Ao investirmos em sua formação, transformamos suas vidas hoje e colaboramos com a construção de um futuro melhor, de um Brasil maior. Nosso trabalho está, portanto, voltado ao bem-estar e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Construída por pessoas e para pessoas. A Escola do Teatro Bolshoi no Brasil é, sobretudo, um espaço de amizade e solidariedade.

Os alunos consideram a escola 'uma família', um lugar onde 'ninguém está sozinho'. A dança, como manifestação artística de caráter comunicativo, deve ser considerada como um instrumento capaz de favorecer vínculos: do homem consigo, do homem com o outro, do homem com o mundo. Um movimento que dissolve a fragmentação e a alienação dos indivíduos. Aqueles que, como os senhores, se dedicam ao propósito de melhorar o mundo abraçam uma tarefa Bolshoi, que no idioma russo significa 'grande'.

A homenagem que hoje nossa escola recebe da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, proposta apresentada pelo nobre deputado Darci de Matos, é a maior honra que nossa entidade poderia receber.

Homenagem recebida da nobre instituição que reúne os legítimos representantes do valoroso povo catarinense. Em outras palavras, recebemos esta homenagem do povo de Santa Catarina, através de seus dignos representantes nesta Casa.

Somos gratos. Mais do que isso, recebemos esta homenagem como incentivo para que continuemos a pautar nosso trabalho, do presidente, do Conselho de Administração e Fiscal, e de todos os funcionários. Dentro da mais rigorosa transparência e da obediência dos princípios éticos.

Permitam-me os pais dos alunos aqui presentes incluí-los nesta declaração. Os senhores pais e mães do Bolshoi têm batalhado lado a lado com a escola. Nossa luta tem sido a luta das senhoras e dos senhores. E é por isso que faço questão de frisar a todas as autoridades aqui presentes, em especial aos dignos representantes do povo catarinense, que as mães e os pais do Bolshoi foram e são de importância ímpar para concretizarmos nosso projeto.

Por todas essas pessoas, principalmente por nossos alunos, continuaremos trabalhando sempre e cada vez mais.

Por tudo isso, em nome da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, dos seus conselheiros, funcionários, alunos e seus pais, agradeço a homenagem e aplaudo todos os presentes que acreditam na força de realização dos homens e na possibilidade de felicidade em nosso país."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Como há um compromisso agendado às 20h, em São José, para representar o governador do estado, em exercício, sr. Leonel Pavan, o deputado Gilmar Knaesel pede licença para se retirar.

(Palmas)

Neste momento o Parlamento catarinense presta homenagem à Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, única filial do Teatro Bolshoi russo em território estrangeiro, como incentivo de formar artistas de balé e cidadãos sensíveis, críticos e responsáveis.

Convido para fazer a entrega, em nome deste Parlamento, o sr. deputado Darci de Matos, e para receber a homenagem o sr. Pavel Kazarian, supervisor-geral da instituição, acompanhado de alunos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, os alunos, representando a instituição, prestam homenagem ao sr. deputado Darci de Matos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir convido o jornalista e radialista Valter Souza para proceder à nominata das apresentações de balé pela Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, boa-noite.

A Escola do Teatro Bolshoi no Brasil apresenta o espetáculo *Divertossemt*, trechos de *ballets* de repertório.

Comunicamos a todos que somente profissionais credenciados poderão fotografar ou filmar este espetáculo.

Neste momento, teremos a apresentação da variação feminina *Nikía*, do III ato do *ballet La Bayadère*, música de Minkus, coreografia de Marius Petipá, tendo como solista Bárbara Chaves Nessler.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

Dando continuidade, teremos a apresentação da variação feminina *Chamas de Paris*, música de Assafiev, coreografia de Vainonen, tendo como solista Luiza Yuki

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

A seguir teremos a *Dança Francesa*, do II ato do *ballet O Quebra Nozes*, música de Tchaikovsky, coreografia de Vainonen e Vasiliev, tendo como solistas Mônica Gross, Thais da Silva e Jovani Furlan Júnior.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

Neste momento teremos a apresentação da dança chinesa do II ato do *ballet O Quebra-Nozes*, música de Tchaikovsky, coreografia de Vainonen e Vasiliev, cujos solistas são Patrícia Indalêncio e Felipe Pinheiro.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

Teremos a apresentação da dança *Mercedes*, do II ato do *ballet Don Quixote*, música de Simon, coreografia de Gorsky e solo de Rafaela Fernandes.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

Para encerrar este belíssimo espetáculo da escola, teremos a apresentação da variação feminina *Kitri*, do III ato do *ballet Don Quixote*, música de Minkus, coreografia de Marius Petipá, tendo como solista Stephanine Ricciard.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e, de forma muito especial, aos meninos e meninas pela apresentação feita.

Antes de encerrar a presente sessão solene convocamos outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 056/2007

REFERENTE: PROTOCOLO DE INTENÇÕES CL Nº 003/2007-00, celebração em 31/05/2007.

1. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
2. INSTITUTO CARL HOEPCKE

OBJETO: O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES tem por objetivo geral estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre a ALESC e a INSTITUTO CARL HOEPCKE.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados de sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado, mediante Termo Aditivo, a critério dos partícipes.

Florianópolis, 31 de maio de 2007.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC

Annita Hoepcke da Silva - Presidente do Instituto Carl Hoepcke

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 130

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Treze Tílias".

Palácio Santa Catarina,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EM nº 43/2007

Florianópolis, 14 de março de 2007.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Treze Tílias o imóvel onde funciona uma unidade sanitária, constituído por um terreno com área total de seiscentos e quinze metros quadrados, com benfeitorias, matriculada sob o nº 3.778 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba e cadastrado sob o antigo nº 03804 na Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por objetivo de possibilitar a aplicação de verbas federais, destinadas ao Município, para a reforma com ampliação das instalações da unidade sanitária.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba e a Secretaria de Estado da Saúde manifestaram-se favoráveis à doação.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0256.1/2007

Autoriza a doação de imóvel no Município de Treze Tílias.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Treze Tílias o imóvel constituído por um terreno com área total de seiscentos e quinze metros quadrados, com benfeitorias, onde funciona uma unidade sanitária, matriculado sob o nº 3.778 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba e cadastrado sob o antigo nº 03804 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo possibilitar a ampliação das instalações de unidade sanitária do Município, a ser efetuada com verbas federais que lhe foram destinadas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR**MENSAGEM Nº 131**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça".

Palácio Santa Catarina, 26 de junho de 2007

LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 182/2007**

Florianópolis, 31 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor

LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva obter autorização legislativa para a abertura de crédito especial, em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, no montante de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

2. A abertura de crédito especial torna-se necessário para atender despesas com a reforma do Fórum de Urussanga, ampliação e reforma do Fórum de Timbó e do Fórum de Içara.

3. Para efetuar a abertura do crédito especial serão utilizados os recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias consignadas ao programa de trabalho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

4. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

Altair Guidi

Secretário de Estado do Planejamento

PROJETO DE LEI Nº PL/0257.2/2007

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

03000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	
03091	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	
Atividade	Reforma do Fórum de Urussanga	
Código	03091.02.061.0930.0366 P 000891	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	Outras Despesas Correntes	
3.3.90	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00 (0282)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$500.000,00
Atividade	Ampliação e Reforma do Fórum de Timbó	
Código	03091.02.061.0930.0366 P 000892	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	Outras Despesas Correntes	
3.3.90	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00 (0282)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$550.000,00
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	Investimentos	
4.4.90	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00 (0282)	Obras e InstalaçõesR\$50.000,00
Atividade	Ampliação e Reforma do Fórum de Içara	
Código	03091.02.061.0930.0366 P 000893	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	Outras Despesas Correntes	
3.3.90	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00 (0269)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JurídicaR\$200.000,00
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	Investimentos	
4.4.90	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00 (0269)	Obras e InstalaçõesR\$500.000,00
Art. 2º	Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada:	
03000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	
03091	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	
Atividade	Construção do Fórum de Otacílio Costa	
Código	03091.02.061.0930.0364 P 005124	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	Investimentos	
4.4.90	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00 (0282)	Obras e InstalaçõesR\$500.000,00
Atividade	Construção do Fórum de São Domingos	
Código	03091.02.061.0930.0364 P 005121	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	Investimentos	
4.4.90	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00 (0282)	Obras e InstalaçõesR\$600.000,00
Atividade	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - TJ - FRJ	
Código	03091.03.122.0929.0905 A 004348	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	Investimentos	
4.4.90	Aplicações Diretas	
4.4.90.52.00 (0269)	Equipamentos e Material PermanenteR\$700.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR**MENSAGEM Nº 132**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Procuradoria Geral do Estado".

Palácio Santa Catarina, 26 de junho de 2007

LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**GABINETE DO SECRETÁRIO****EM Nº 159/2007**

Florianópolis, 22 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor
LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado, em exercício

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva obter autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar, em favor da Procuradoria Geral do Estado, no montante de R\$ 1.927.037,00 (um milhão, novecentos e vinte e sete mil e trinta e sete reais).

2. A abertura de crédito suplementar torna-se necessário para atender despesas com subvenções sociais.

3. Para efetuar a abertura do crédito suplementar serão utilizados os recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias consignadas ao programa de trabalho da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

4. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição. Respeitosamente

Altair Guidi

Secretário de Estado do Planejamento

PROJETO DE LEI Nº PL/0258.3/2007

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Procuradoria Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.927.037,00 (um milhão, novecentos e vinte e sete mil e trinta e sete reais), em favor da Procuradoria Geral do Estado, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

41000	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO
41002	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Atividade	Ampliação da Atuação do Estado na Defensoria Dativa

Código 41002.06.062.0870.0627 A 002732

3. DESPESAS CORRENTES

3.3. Outras Despesas Correntes

3.3.90 Aplicações Diretas

3.3.50.43.00 (0100) Subvenções Sociais.....R\$1.927.037,00

Art. 2º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada:

27000	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
27001	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Atividade Idenização das Terras Particulares do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Código 27001.18.541.0300.0413 A 000681

3. DESPESAS CORRENTES

3.3. Outras Despesas Correntes

3.3.90 Aplicações Diretas

3.3.90.39.00 (0100) Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.....R\$1.927.037,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR**MENSAGEM Nº 133**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, o projeto de lei que "Autoriza a prorrogação do prazo do contrato de pessoal admitido em caráter temporário pela Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE".

Palácio Santa Catarina, 26 de junho de 2007

LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**GABINETE DO SECRETÁRIO****E.M. Nº**

Florianópolis, de junho de 2007.

Senhor Governador,

Submetemos a superior apreciação de Vossa Excelência pedido de prorrogação de prazo dos contratos do pessoal admitido em caráter temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2005, realizado pela Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, com base na Lei nº 260 de 22/01/04.

Ocorre que esses contratos, previstos inicialmente para um período de 12 meses, tiveram o prazo prorrogado por igual período, assim como estava estabelecido no processo seletivo, o qual em encerrará em 31/07/07.

Diante da proximidade desse prazo final, preocupa-nos os prováveis efeitos que advirão da dispensa dos profissionais contratados por este regime, haja vista que a maioria tem relação direta com o atendimento aos educandos. Além disso, caso a FCEE não possa mais dispor dos serviços desses profissionais, certamente surgirão sérios problemas para o início do segundo semestre letivo. É o caso dos Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos e outros profissionais de nível superior, sem os quais os serviços de avaliação e estimulação essencial ficarão seriamente comprometidos. Outro serviço que também será bastante afetado é o transporte dos educandos, pois o quadro de motoristas efetivos da Fundação, além de insuficiente, não atende as exigências legais vigentes para esse tipo de transporte.

Enfim, são situações que não podemos permitir que aconteçam, pois envolvem um serviço de grande alcance social, e caso fiquem comprometidas desencadearão indesejáveis reflexos políticos e prejuízos no atendimento aos educandos e outras ações de vital importância para a FCEE.

Dentro desse propósito e em vista das dificuldades atuais para o desencadeamento de um concurso público, vislumbramos a possibilidade de alteração da lei que autorizou a realização do referido processo seletivo, por meio de lei complementar, de modo que possamos continuar dispondo dos profissionais contratados através desse procedimento, até 31 de dezembro de 2008.

Informamos que essa alternativa já foi submetida à análise técnica da Procuradoria Geral do Estado e também da Secretaria de Estado da Administração, cujos respectivos pareceres (cópias anexas) atestam a viabilidade legal do procedimento em tela.

Isto posto, ficamos na expectativa da aprovação de Vossa Excelência ao pleito ora apresentado.

Respeitosamente,

Paulo Roberto Bauer

Secretário de Estado da Educação

PROJETO DE LEI Nº PL/0259.4/2007

Autoriza a prorrogação do prazo do contrato de pessoal admitido em caráter temporário pela Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE autorizada a prorrogar, excepcionalmente, até o dia 31 de dezembro de 2008, o prazo do contrato de pessoal admitido em caráter temporário, com base no Edital do Processo Simplificado nº 001/2005.

Art. 2º Ocorrendo concurso público para provimento dos cargos vagos na Fundação Catarinense de Educação Especial, os ACTs, contratados em conformidade com o disposto no Edital nº 001/2005, serão substituídos pelos aprovados, em estrita observância do estabelecido no inciso II do art. 37 da Constituição Federal, mesmo que na fluência do prazo estatuído no art. 1º desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 084/07

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - ABARVI
Ofício nº 047/2007

Florianópolis, 2 de junho de 2007.

Exmo. Sr.

Dep. JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Nesta Capital

Encaminhamos, em anexo, Relatório de Atividades, Balanço Financeiro e Alterações Estatutárias relativas aos últimos doze meses, para fins de manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Edelmar Dekker
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/7/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 085/07

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Ofício nº 082/2007 Agrolândia, 28 de junho de 2007.

REF.: Encaminhamento documentos - RENOVAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL

Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia

Ao

**PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC
DEPUTADO JÚLIO GARCIA**

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado Senhor:

Com base no Art. 3º da Lei 13.663 encaminhamos os documentos abaixo relacionados para fins de manutenção de nossa UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL:

- Relatório de Atividades - 2005 e 2006
- Balanço Patrimonial - 2005 e 2006
- Declaração registrada no Cartório com as datas das alterações Estatutárias e Confirmação da não remuneração ou distribuição de resultados/benefícios à diretoria e/ou dirigentes da Apae de Agrolândia.

- Cópia do Estatuto registrado.

Queremos destacar que a declaração mencionada acima, tem o seu registro na data de 09 de novembro de 2006, sendo que até a presente data, não houve nenhuma outra alteração estatutária.

Diante do cumprimento da legislação pertinente, e em especial, pelo atendimento do público alvo a partir dos objetivos estatutários, requeremos a manutenção de nosso CERTIFICADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Atenciosamente,

VERENICE MARIA OGLIARI
Presidente Diretoria Executiva
2005/2007

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/07

*** X X X ***

ITAJAÍ-SC
Cidade/UF

25/06/2007
Data

A. IDENTIFICAÇÃO

Nome/Razão Social: CENTRO DE TRATAMENTO ALTERNATIVO PRÓ-VIDA

CNPJ: 76.709.633/0001-35

Endereço: Rua Álvaro Beraldi nº 104 - Bairro Carvalho

Cidade/UF: ITAJAÍ - SANTA CATARINA

Telefone: 047 33465193

B. TIPO DE ESTABELECIMENTO

A sede da entidade é: Própria

**C. DOCUMENTO LEGAL DE REGISTRO
ESTATUTO DE FUNDAÇÃO**

Número do registro no livro:

A -03

Número:

0.718

OFÍCIO Nº 086/07

ABAM - ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES
Ofício 099/07

Blumenau, 29 de junho de 2007

Prezados Senhores:

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste encaminhar para apreciação e conseqüente aprovação de Vossas Senhorias:

- 1) Relatório Circunstanciado ano 2005 - Folhas 1 a 19;
- 2) E do incluso Demonstrativo Contábil, Balanço Patrimonial, Demonstração das receitas e Despesas, Demonstração das mutações do Patrimônio Social, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Folhas 19 a 22;
- 3) Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Exercício 2005 - Folhas 23 a 25;
- 4) Relatório Circunstanciado ano 2006 - Folhas 1 a 18;
- 5) E do incluso Demonstrativo Contábil, Balanço Patrimonial, Demonstração das Receitas e Despesas, Demonstração das mutações do Patrimônio Social, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Folhas 18 a 21;
- 6) Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Exercício 2006 - Folhas 22 a 24;
- 7) Cópia autenticada do Ofício do Registro Civil, Títulos e documentos da Comarca de Blumenau, consignando a data de todas as alterações estatutárias desta Associação;

8) E consta no Estatuto Social, no § 3º do artigo 5º o seguinte teor: "A Associação não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto."

Na certeza de termos atendido completamente o que nos foi solicitado, somos respeitosamente,

Dra. Ursula Gross
Presidenta

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 087/07

**CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL CRIANÇA FELIZ
OF. 06/07**

Joinville, 26 de junho de 2007.

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Cumprimentando cordialmente, servimo-nos do presente momento para encaminhar aos Senhores o nosso Relatório de Atividades 2006 e 2007, o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Resultados referente ao ano de 2006 para a atualização do TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos, elevando nossos votos de estima e respeito.

Atenciosamente

VALÉRIA DELLA GIUSTINA
Presidente do CEI Criança Feliz

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 088/07**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES**

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Na qualidade de representante legal da Instituição abaixo qualificada, venho, respeitosamente encaminhar o **relatório circunstanciado de atividades**, em atenção a Lei nº 13.663, DOE de 28/12/2005, objetivando:

- **MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**

Jair de Almeida Júnior - Presidente

Cartório: COMARCA DE ITAJAÍ - OFÍCIO HEUSI - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS		
Município/UF: ITAJAÍ - SC		
Data do Registro: 27/05/1992		
D. COMPOSIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
Presidente ou Representante legal da entidade: JAIR DE ALMEIDA JÚNIOR		
Cargo: PRESIDENTE	Profissão: PASTOR EVANGÉLICO	
CPF: 130.573.458-08	RG: 17264151	Órgão Expedidor: SSP-SP
Nome do Diretor: JOÃO CARLOS DOS SANTOS		
Cargo: VICE PRESIDENTE	Profissão: ECONOMISTA	
CPF: 216.291.379-87	RG: 4R.423.864	Órgão Expedidor: SSI-SC
Nome do Diretor: LAÍS CONCEIÇÃO LAURENTINO DOS SANTOS		
Cargo: DIRETORIA FINANCEIRA	Profissão: DO LAR	
CPF: 388.573.759-00	RG: 995.175-0	Órgão Expedidor: SSI-SC
Nome do Diretor: IVAN CHAVES		
Cargo: SECRETÁRIO	Profissão: PROFESSOR	
CPF: 312.431.699-15	RG: 4/R 574.728	Órgão Expedidor: SSI-SC
Nome do Diretor: DURVAL ALBERTINO DA ROCHA		
Cargo: DIRETOR DE COORDENAÇÃO	Profissão: EVANGELISTA	
CPF: 390.126.9227/87	RG: 571.111-5	Órgão Expedidor:
Nome do Diretor: ORIVAL CHAVES		
Cargo: DIRETOR DE RELAÇÕES ASSOCIATIVAS	Profissão: EMPRESÁRIO	
CPF: 099.304.001/25	RG: 1124.940	Órgão Expedidor: II/PR
Mandato da atual diretoria: Início: 22/10/25		
Término: 22/10/2008		
E - RECURSOS HUMANOS		
Colaboradores	Quantidade	
Funcionários	10	
Estagiários remunerados		
Total de pessoal ocupado assalariado	10	
Voluntários permanentes	0	
Voluntários eventuais	05	
Estagiários não remunerados		
Total de pessoal ocupado não remunerado	05	
Nº de trabalhadores autônomos que prestaram serviços no exercício anterior	1	
Quantidade de diretores remunerados	0	
F - RESPONSÁVEL PARA CONTATO COM A ENTIDADE		
Nome: LUIS AUGUSTO PRATES DA COSTA		
Cargo: COORDENADOR GERAL		
DDD/Telefone: 047 - 3346-5193	E-mail: provida@melim.com.br	

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 249/07**

Dispõe sobre a isenção do pagamento de passagens intermunicipais aos ostomizados.

Art. 1º Ficam isentos do pagamento de passagens intermunicipais os ostomizados em trânsito para tratamento de saúde que utilizarem o transporte coletivo de Santa Catarina.

Parágrafo único. Para o gozo da isenção de que trata o caput, os beneficiários deverão portar a carteira de identificação de ostomizado, expedida pela Associação Catarinense dos Ostomizados, e comprovar deslocamento para acompanhamento e ou tratamento de saúde, conforme documento subscrito por médico.

Art. 2º Ficam os concessionários do transporte coletivo intermunicipal do Estado de Santa Catarina obrigados a conceder passe livre aos ostomizados, reconhecidos como deficientes e beneficiários desses serviços nos termos do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, da Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sargento Amauri Soares

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

JUSTIFICATIVA

A pessoa submetida a uma ostomia enfrenta uma série de mudanças decorrentes do estoma, em relação ao qual necessita adaptar-se. O acompanhamento permanente dessas pessoas é fundamental, pois, para além de serem acometidas pelo câncer, ainda têm que lidar com as transformações resultantes do tratamento pelo estabelecimento da colostomia. Submetido a esse tipo de intervenção, o paciente enfrenta várias modificações no seu dia-a-dia, deparando-se com diversas alterações em seu processo de vida, desde a sua fisiologia gastrointestinal, passando por mudanças na auto-estima até chegar à alteração da imagem corporal. Essas transformações, por sua vez, condicionam a vida familiar, afetiva, laboral e social da pessoa.

Desse modo, faz-se necessário o acompanhamento permanente dos ostomizados por profissionais de saúde a quem compete verificar as reações clínicas e psíquicas dessas pessoas. Para proceder ao acompanhamento de sua situação, e assim efetuar o tratamento necessário, a maioria dos ostomizados acabam submetidos, periodicamente, a longas e dispendiosas viagens de ônibus até os centros de referência em ostomia.

Inabilitados para o trabalho, os proventos da invalidez do ostomizado tornam-se insuficientes para que ele faça frente às suas necessidades com alimentação, medicamentos de uso continuado e deslocamento para tratamento adequado.

Por essa razão, justifica-se a intervenção do Estado no sentido de assegurar aos pacientes ostomizados o transporte coletivo intermunicipal gratuito como forma de minimizar os custos do tratamento de saúde que devem fazer enquanto viverem.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 250/07

“Determina a inserção de textos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em impressos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por suas Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações.”

Art. 1º É obrigatória à inserção de frases referentes aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, extraídas da Lei Federal nº 8.069/90, nos impressos e publicações produzidos por ordem do Governo do Estado de Santa Catarina ou por suas Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações.

§ 1º Consideram-se impressos e publicações, para os efeitos desta Lei, todo material produzido com vista à informação para a sociedade, pelo Governo do Estado de Santa Catarina ou por suas Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações, incluindo o Diário de Justiça do Estado de Santa Catarina (Órgão Oficial do Estado).

§ 2º As frases dos textos que serão utilizados e a forma de inserção em cada impresso ou publicação será determinada pela Diretoria de Gestão de Atos Oficiais - DGAO, órgão da Secretaria de Estado da Administração, responsável por sua emissão, depois de consulta ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Nossa Carta Magna de 1988 em seu artigo 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º estabelecem que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Neste sentido, tornar obrigatória à inserção de textos, com frases referentes aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, extraídas da Lei Federal nº 8.069/90, nos impressos e publicações emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por suas Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações foi a forma encontrada por esta Deputada para colaborar com a sociedade catarinense.

Essa é sem dúvida, uma grande oportunidade para que possamos contribuir com o papel da sociedade e do Estado na formulação, execução e monitoramento de uma política para a criança e o adolescente, passando sem dúvida a ser uma grande oportunidade para que o Poder Público Estadual possa de forma concreta colaborar com a efetivação das prioridades constitucionais.

Sendo assim, o projeto de lei que ora apresentamos visa colaborar com a função de educar a sociedade catarinense, com ênfase as novas gerações: crianças, adolescentes e jovens, preparando-os para o exercício pleno da cidadania nos seus mais diversos âmbitos.

Pelo acima exposto, considerando matéria e por tratar-se de relevante interesse público, é que contamos com o apoio dos nobres pares.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 251/07

Institui o “Projeto Degrau”, que dispõe sobre a apresentação de artistas e/ou grupos amadores no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Estado de Santa Catarina o “Projeto Degrau”, que dispõe sobre a apresentação de artistas ou grupos amadores no Estado.

Art. 2º - O projeto de que trata esta lei tem como objetivos básicos:

I - incentivar a criação cultural nos diversos níveis;

II - estimular o intercâmbio das manifestações culturais das regiões do Estado;

III - divulgar o trabalho de artistas amadores.

Art. 3º - Para atingir os fins objetos deste projeto, os estádios, os teatros, as salas e os espaços culturais pertencentes às administrações direta e indireta do Estado, permitirão a apresentação de artistas amadores, antes da realização do espetáculo principal.

§ 1º - A apresentação de artistas amadores a que se refere o “caput” deste artigo terá a duração máxima de 30 (trinta) minutos e as formas de inscrições, agendamentos e cumprimentos de eventuais exigências serão estabelecidos pela regulamentação que trata o Art. 4º desta Lei.

§ 2º - O disposto no “caput” deste artigo não se aplica aos casos em que, de acordo com justificativa fundamentada da autoridade competente, a apresentação preliminar venha causar prejuízos ao espetáculo principal.

§ 3º - A apresentação de artistas amadores deve obedecer a um sistema de rodízio, de forma a permitir a participação de representantes das regiões do Estado.

Art. 4º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado José Natal Pereira

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei objetiva incentivar, estimular e divulgar o trabalho de artistas amadores do Estado de Santa Catarina.

Jovens amadores deixam de praticar atividades na área cultural por falta de oportunidades de mostrarem ao público suas práticas e principalmente pela escassez da disponibilização de espaços hoje colocados às apresentações.

O Projeto subscrito tem uma abrangência cultural significativa e daí advém a confiança e a certeza de que o mesmo contará com o apoio unânime dos nobres pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 252/07

Institui o Fórum Catarinense de Mudanças Climáticas e dá providências correlatas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º. Fica instituído o Fórum Catarinense de Mudanças Climáticas, visando conscientizar e mobilizar a sociedade catarinense para a discussão e tomada de posição sobre o fenômeno das mudanças climáticas, com os seguintes objetivos:

I - subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas ao tema, em articulação com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e com a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, além de outras iniciativas públicas ou privadas concernentes a esse objetivo;

II - facilitar a interação entre a sociedade civil e o poder público catarinense, para promover a internalização do tema nas esferas de atuação dos atores sociais relevantes, tais como Secretarias de Estado, Autarquias e Fundações Estaduais e Municipais, Prefeituras, setores empresarial e acadêmico, sociedade civil organizada e meios de comunicação social;

III - estimular a cooperação entre governos, organismos internacionais, agências multilaterais, organizações não-governamentais internacionais e entidades catarinenses no campo das mudanças climáticas globais;

IV - apoiar a obtenção de financiamentos nacionais e internacionais para aplicação em programas e ações no Estado de Santa Catarina relacionados às Mudanças Climáticas;

V - estimular a participação das entidades catarinenses nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e do Protocolo de Kyoto;

VI - estimular a incorporação da dimensão climática no processo decisório relativo às políticas setoriais que se relacionem com emissões e sequestro de gases de efeito estufa, bem como estimular a adoção de práticas e tecnologias mitigadoras das emissões dos referidos gases, de modo a assegurar a competitividade da economia catarinense;

VII - colaborar com a elaboração de diretrizes e normas para a instituição de uma Política Estadual de Mudanças Climáticas, em articulação com a Política Nacional de Mudanças Climáticas e outras políticas públicas correlatas;

VIII - apoiar e facilitar a realização de estudos, pesquisas e ações de educação e capacitação nos temas relacionados às Mudanças Climáticas, com particular ênfase na execução de inventários de emissões e sumidouros, bem como na identificação das vulnerabilidades decorrentes do aumento médio da temperatura do planeta previsto pelo IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), visando a promoção de medidas de adaptação e de mitigação;

IX - propor medidas que estimulem padrões sustentáveis de produção e consumo, por meio da utilização de instrumentos econômicos, incluindo iniciativas de licitação sustentável, para adequação do perfil e poder de compra do poder público estadual;

X - estimular o setor empresarial catarinense a uma gestão estratégica que permita a valorização de seus ativos e a redução de seus passivos ambientais, com a finalidade de promover a competitividade de seus produtos e serviços nos mercados nacional e internacional, pela demonstração de práticas de eficiência energética, bem como do uso de energia proveniente de fontes não emissoras de carbono;

XI - estimular, no Estado de Santa Catarina, a implantação de projetos que utilizem o

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a fim de que se beneficiem do "Mercado de Carbono", decorrente do Protocolo de Kyoto, e outros mercados similares, por meio de:

a) mecanismos de caráter institucional e regulatório, bem como auxílio na interlocução com investidores nacionais e estrangeiros, públicos ou privados;

b) estímulo a projetos MDL que auxiliem a recuperação e conservação da biodiversidade catarinense;

c) capacitação de empreendedores de projetos MDL no que tange às suas várias etapas;

d) disseminação das normas relativas aos critérios e metodologias emanadas do "Executive Board" do MDL no que tange à adicionalidade e outras matérias;

e) auxílio na interlocução junto à Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima;

f) estímulo à exportação de créditos de carbono originados de projetos MDL, com ênfase nas vantagens competitivas decorrentes da adoção de práticas de sustentabilidade por empreendedores brasileiros;

XII - buscar a integração dos objetivos constantes do presente inciso com iniciativas decorrentes da Convenção de Viena, do Protocolo de Montreal e demais convenções e acordos internacionais correlatos, ratificados pelo Brasil;

Art. 2º. O Fórum será presidido pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável e terá a seguinte composição:

I - Secretários de Estado:

a) da Coordenação e Articulação;

b) do Planejamento;

c) da Fazenda;

d) de Infra-estrutura;

e) de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

f) da Segurança Pública e Defesa do Cidadão;

g) do Turismo, Cultura e Esporte;

h) da Educação;

i) de Assuntos Estratégicos;

j) da Indústria e Comércio;

k) da Secretaria Executiva de Articulação Nacional;

l) da Secretaria Especial de Articulação Internacional

m) da Saúde;

II - Procurador Geral do Estado;

III - representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, eleito dentre seus membros;

IV - representante do Centro de Informações Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina - CIRAM;

V - personalidades e representantes da sociedade civil, com notório conhecimento da matéria ou que sejam agentes com responsabilidade sobre a mudança do clima e biodiversidade;

VI - representantes de ONGs que atuam na área do meio ambiente;

VII - como convidados:

a) Ministro do Meio Ambiente;

b) Ministro das Relações Exteriores;

c) Ministro da Ciência e Tecnologia;

d) Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

e) Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

f) Ministro das Cidades;

g) Presidente da Assembléia Legislativa do Estado;

h) Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado;

i) Procurador-Geral de Justiça do Estado;

j) Prefeitos de Municípios do Estado;

k) Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas;

l) Presidente da Comissão Especial de Mudanças Climáticas da Câmara dos Deputados;

m) Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;

n) Representante da Agenda 21 do Estado de Santa Catarina.

§ 1º. O Secretário Executivo do Fórum será designado pelo Governador do Estado.

Art. 3º. O Fórum contará com uma Comissão Estadual de Mudanças Climáticas, podendo criar Câmaras Temáticas, provisórias ou permanentes, sob coordenação de qualquer membro, compostas por representantes do Governo, de setores da sociedade civil organizada, do meio empresarial, do meio acadêmico e dos meios de comunicação social.

Parágrafo único. As Câmaras Temáticas contarão com o apoio técnico de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, indireta e fundacional, notadamente.

Art. 4º. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Fórum e das Câmaras Temáticas serão providos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável e pela Secretaria de Coordenação e Articulação, com recursos orçamentários para tanto destinados, devendo os demais órgãos e entidades da administração pública Estadual prestar toda a colaboração solicitada pelo Fórum e pelas Câmaras Temáticas.

Art. 5º. O Secretário Executivo do Fórum apresentará proposta de agenda de trabalho a ser submetida à apreciação do Fórum.

Art. 6º. O Fórum estimulará a criação de Fóruns Regionais e Municipais de Mudanças Climáticas e realizará consultas públicas em diversas regiões do Estado.

Art. 7º. As funções de Secretário Executivo, de membro do Fórum e das Câmaras Temáticas não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde

Florianópolis, em 27 de junho de 2007.

Deputado Décio Góes

Bancada do Partido dos Trabalhados

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/07

JUSTIFICATIVA

Os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão técnico vinculado à ONU e composto por mais de dois mil cientistas de todo o mundo, dão conta de que já estamos vivendo sob os efeitos do aquecimento global amplificado pelas ações e atividades humanas.

Embora haja divergências entre as projeções construídas a partir de evidências e estudos científicos, variando entre cenários mais ou menos alarmistas, há o consenso de que o processo de elevação da temperatura média global é irreversível, colocando em cheque a nossa capacidade de adaptação aos problemas ambientais que se intensificarão nas próximas décadas, dentre eles, alterações nas estações do ano, excesso ou falta de chuvas, derretimento das calotas polares e de cumes nevados, elevação do nível dos mares, perda de biodiversidade, maior ocorrência de eventos climáticos extremos como enchentes, secas, ciclones, tornados, furacões, etc.

Ao mesmo tempo em que nenhum metro quadrado deste planeta está isento das alterações nos padrões do clima, sabe-se que as populações mais carentes deste planeta são as que mais sofrerão com adversidades ambientais que passarão todos os aspectos da vida social.

Também devemos ter em mente que o combate às causas do aquecimento global e a adaptação às suas consequências dependem tanto de ações globais quanto regionais e locais, tanto de atitudes pessoais relacionadas aos padrões de consumo quanto de políticas públicas e intervenções governamentais nas mais diversas esferas. Neste caso, não é à toa que muitos estados brasileiros já criaram seus fóruns, bem como instâncias administrativas específicas junto às secretarias estaduais de meio ambiente para tratar do assunto.

Nesta conjuntura, a situação de Santa Catarina não deixa de ser inquietante, especificamente por dois motivos: por um lado, sua situação geográfica e atmosférica tem favorecido a ocorrência de eventos climáticos extremos como as estiagens prolongadas no Oeste e o "Furacão Catarina" no Sul; por outro, ainda não se institucionalizou nenhuma estrutura para tratar com seriedade desta problemática.

Esta constatação ficou ainda mais evidente durante a programação que promovemos na Semana do Meio Ambiente na ALESC, que incluiu palestras e mesas redondas que tiveram como eixo temático "Perspectivas sobre Mudanças Climáticas". Isto é, ficou claro que estamos muito atrás, em relação a outros estados brasileiros, na institucionalização dos meios e instrumentos necessários ao enfrentamento das causas e consequências do aquecimento global, apesar da gravidade dos efeitos deste processo para Santa Catarina. A título de ilustração, cabe ressaltar que Paraná e Rio Grande do Sul já criaram seus respectivos fóruns e está em vias de organização um "Encontro Sulbrasileiro de Fóruns de Mudanças Climáticas".

Estamos certos de que a criação de um fórum que reúna diferentes segmentos representativos da sociedade catarinense coloca-se como um espaço indispensável à análise e discussão da problemática, bem como de construção de políticas públicas voltadas às mudanças climáticas, de modo a fazer frente às adversidades ambientais, sociais e econômicas que serão vivenciadas, mais cedo ou mais tarde.

Em face destas considerações e com o propósito de contribuir à criação do "Fórum Catarinense de Mudanças Climáticas", apresentamos o presente Projeto de Lei e pedimos apoio deste executivo a essa iniciativa parlamentar que, indubitavelmente, reflete uma importante demanda da sociedade catarinense.

Palácio Barriga-Verde

Florianópolis, em 27 de junho de 2007.

Deputado Décio Góes

Bancada do Partido dos Trabalhados

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 254/07

Altera a Lei nº 13.334/05, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal, e estabelece outras providências.

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, com redação dada pela Lei nº 13.633, de 20 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

Parágrafo único. A educação especial de que trata o *caput* será promovida através das ações desenvolvidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e pelas instituições congêneres de Deficiência Auditiva e da Fala, situadas no Estado de Santa Catarina.”

Art. 2º O inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, com redação dada pela Lei nº 13.633, de 20 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º.....

§ 1º.....

II - 1% (um por cento) nas ações desenvolvidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e pelas instituições congêneres de Deficiência Auditiva e da Fala, situadas no Estado de Santa Catarina, cujos recursos serão repassados, a cada entidade, de forma proporcional ao número de alunos regularmente matriculados e/ou deficientes assistidos.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir

Sala das Sessões,
Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo, que busca alterar a Lei nº 13.334/05 (Lei do FUNDOSOCIAL), incluindo as entidades voltadas ao atendimento de deficientes auditivos e da fala na destinação fixada no inciso II do § 1º do seu art. 8º, com redação dada pela Lei nº 13.633/05.

Pela redação atual do aludido inciso II, são destinados recursos apenas às APAEs e a proposta procura inserir no âmbito do benefício também as instituições congêneres de Deficiência Auditiva e da Fala, cuja assistência prestada, no campo da educação especial, comprara-se em grau, gênero e número àquela oferecida pelas APAEs.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 255/07

Declara de Utilidade Pública a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota, com sede e foro na cidade e Comarca de Ilhota.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de maio de 2007.

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/07

JUSTIFICATIVA

A Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota, fundada em 11 de janeiro de 2005, sem prazo determinado de duração, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica, patrimônio distintos, sem fins lucrativos e tem por objetivos:

a) manter um corpo de cidadãos que com especial empenho e sob o regime de voluntariado, esteja pronto para a execução de serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestações de socorros em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas e principalmente auxílio a comunidade local em casos de emergências.

b) exercer outras atividades de apoio e socorro a comunidade;

c) participar das ações que lhe forem confiadas pelas autoridades e órgãos locais de defesa civil;

d) executar tarefas de prevenção contra sinistros inclusive realizar, quando autorizada pelos órgãos competentes, vistorias e laudos técnicos;

e) cooperar com as unidades de Bombeiros de outras cidades, Polícia Militar e com brigadas internas contra incêndios mantidas pelas empresas ou órgãos públicos;

f) manter uma sede social para promover a solidariedade entre as pessoas e o sadio companheirismo entre os bombeiros em geral;

g) cultivar o sentimento de respeito o prestamento às autoridades constituídas inclusive participar de desfiles e solenidades em geral;

h) promover a constituição de corpos de bombeiros voluntários em outros municípios;

i) instalar e manter em funcionamento o Museu dos Bombeiros;

j) manter um centro de treinamento integrado para formação e treinamento de seu corpo ativo, dos demais bombeiros voluntários e de brigadas de empresas privadas, bem como da população em geral.

k) proporcionar aos associados o necessário ao conforto social junto a comunidade o reconhecimento da benemerência de sua atividades comunitárias.

Anexo ao presente, seguem a documentação exigida pela Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/07**

Acrescenta o artigo 3º-A e altera o Anexo III da Resolução nº DP 018/98, alterada pela Resolução N.0007/2005.

Art. 1º Fica acrescido o artigo 3º-A à Resolução nº DP 018, de 8 de julho de 1998, com a seguinte redação:

“Art. 3º -A Para constituição de acervo, os documentos deste Poder Legislativo serão constantemente aferidos e classificados pela Comissão Permanente de Avaliação Documental, vinculada à Coordenadoria de Documentação e ao Centro de Memória, de acordo com os prazos estabelecidos no Anexo III desta Resolução, observados os parâmetros da Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994.

Parágrafo único. As atribuições da Comissão Permanente de Avaliação Documental, serão estabelecidas de acordo com a legislação aplicável.”

Art. 2º O Anexo III da Resolução DP nº 018, de 8 de julho de 1998, alterada pela Resolução N.0007/2005, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/07

ANEXO III**Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina para fins da Tabela de Temporalidade****IDENTIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS**

DOC	DOCUMENTOS	G.TEMP	GUARDA TEMPORÁRIA	OBS.	OBSERVAÇÃO
PROC.	PROCEDÊNCIA	G.PERM.	GUARDA PERMANENTE	Informação ilustrativa	
ANOS	TEMPO DE GUARDA	MICRO	DOC.MICROFILMADO		
TT	TABELA DE TEMPORALIDADE	DIG.	DOC. DIGITALIZADO		
DL	DIRETORIA LEGISLATIVA	PJ	PROCURADORIA JURÍDICA	DRH	DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DG	DIRETORIA GERAL	GP	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAT	DIRETORIA ADMIN. E DE TECNOLOGIA
DF	DIRETORIA FINANCEIRA				

OBSERVAÇÕES

- Documentos correntes - aqueles que tramitam na legislatura em curso.
- Documentos intermediários - aqueles que foram originados nos últimos oito anos. Aguardam a preparação para microfilmagem ou para serem reciclados de acordo com a Tabela de Temporalidade.

- Documentos permanentes - aqueles de cunho probatório, ou seja, relativos a direitos tanto de pessoas físicas ou jurídicas, quanto da coletividade, e os de valor informativo sobre pessoas, fatos ou fenômenos, cuja memória, em termos históricos, seja considerada relevante.

- Os documentos manuscritos e impressos, anteriores a 1970, que não estiverem microfilmados, depois de analisados pela Comissão Permanente de Avaliação Documental, poderão ser considerados de valor histórico, assim sendo, serão mantidos como acervo histórico.
- Os documentos encaminhados à Coordenadoria de Documentação para arquivo só serão recebidos quando estiverem devidamente descritos na "Guia de Remessa de Documentos" e após dois anos de Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa

guarda no setor de origem.

- Os relatórios anuais de setores deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Documentação em suporte papel, para posterior microfilmagem.
- Os documentos produzidos em mídia virtual (disquete, CD, DVD, fita) deverão ser reproduzidos a cada cinco anos para atualização de conteúdo e mídia.

Catarina para fins da Tabela de Temporalidade

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP.	ANOS	DIG.	G. .PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
1. Abaixo Assinado	DL			X	X	X	
2. Ação de Inconstitucionalidade	DL	X	05	X	-		
3. Assentamentos Funcionais	DRH	X	60	X	-	X	
4. Acervo da Constituinte	DL	-	-	X	X	X	
5. Adicional	DRH	X	60	X	-	X	
6. Atas da Procuradoria Jurídica	PJ	X	5	X	-	-	Na íntegra, nos Anais
7. Atas das Comissões Interna e Externa	DL	-	-	X	X*	-	Na íntegra nos Anais
8. Atas das Comissões Permanentes	DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra nos Anais
9. Atas das Reuniões da Mesa	GP	-	-	X	X	X	
10. Atas das Sessões Plenárias (Tauiq.)	DL	-	5	X	-	-	Na íntegra, nos Anais
11. Atas das Sessões Plenárias (resumida)	DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
12. Atas da Mesa	DG.DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
13. Atas da Presidência	DG.DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
14. Autógrafos das Leis	DL	-	-	X	X	X	
15. Balancete Mensal e Anual	DF	X	5	X	-	X	
16. Boletins de Caixa	DF	-	5	X	-	X	Doc. Tesouraria
17. Cartão - CTO	GP	-	5	X	-	-	Presidencia
18. C.P.I. Comissão de Inquérito	DL	-	-	X	X	X	Corpo do Processo e Relatório Final
19. Certidões	DL. DG.	X	1	X	-	-	
20. Constituição do Estado	DL	-	-	X	X	X	
21. Consultas	GP.DGP J	X	5	X	-	-	
22. Contra Cheque (Ficha Financeira)	DRH	X	2	X	-	X	
23. Contratos de prestação de serviços	DL. DG.	X	10	X	-	X	
24. Contratos de fornecimento de materiais	DG/DL	X	10	X	-	-	
25. Convites Recebidos	GP	X	1	X	-	-	
26. Convites Expedidos	DL	-	-	X	X*	X	
27. Declaração de Bens	GP.DGP J	-	30	X	-	X	
28. Decretos Legislativos	DL	-	-	X	X*	X	
29. Despachos	GP.DGP J	-	-	X	X*	-	
30. Diário da Assembléia (Anais)	DL	-	-	X	X	X	
31. Diplomas	DL	X	10	X	-	X	
32. Documentos Contábeis	DF	X	5	X	-	X	Boletins de Caixa Documentos/Tesouraria
33. Dossiê (Doc. Diversos)	GP.DGP J	-	-	X	X	X	
34. Emendas Constitucionais	DL	-	-	X	X	X	
35. Expedientes Lidos em Plenário	DL	X	5	X	-	-	
36. Expedientes internos dos setores	GP.DGP J	X	5	X	-	-	
37. Ficha cadastral de Deputados	DL	-	-	X	X	X	
38. Ficha de Proposições dos Deputados	DL	-	-	X	X	X	
39. Ficha estoque	DAT	X	5	X	-	-	
40. Ficha fornecimento (Rec. Mat.)	DG	X	5	X	-	-	
41. Ficha (protocolo) benefícios	DG	X	10	X	-	-	
42. Ficha (protocolo) Reg. e Anotações.	DG	X	5	X	-	-	
43. Folha de frequência (Ponto)	PJ.GP DRH	X	5	X	-	X	
44. Folha de Pagamento	DRH	X	5	X	-	X	
45. Fotografias (e negativos)	GP. PJ DCS	-	-	-	X	-	
46. Gráficos	DG	-	-	-	X	X	
47. Guias de remessa	DG	X	5	X	-	-	
48. Guias de correio	GP DG. PJ	X	5	X	-	-	
49. Indicações	DL	X	8	X	-	X	
50. Jornal AL Notícias	DCS	-	-	X	X*	X	
51. Laudos médicos	DRH	X	5	X	-	X	
52. Leis aprovadas (sancionadas)	DL	X	8	X	-	X	
53. Leis promulgadas (p/Alesc)	DL	-	-	X	X	X	
54. Licença Médica	DRH	X	5	X	-	-	São publicadas nos Anais
55. Licença de Deputados	DL	X	5	X	-	X	São anexadas a frequência
56. Licença-Prêmio	DRH	X	60	X	-	X	São microfilmadas coma ficha funcional
57. Licitações	DG	X	5	X	-	X	
58. Lista de Presença de Deputados	DL	X	10	X	-	X	

59. Livro de Posses	DG. GP.DL	-	-	X	X	X	
60. Livro de Registro de processos de compra	DG	X	5	X	-	-	
61. Livro de Registro Lei	DL	-	-	X	X	X	
62. Livro de Registro de Diplomas	DL	-	-	X	X	X	
63. Livro de Atas - Procuradoria	PJ	-	-	X	X	-	
64. Mandado de Segurança	GP	X	10	X	-	-	
65. Medida Provisória	DL	X	10	X	-	X	
66. Mensagens Governamentais	DL	X	5	X	-	X	Encaminhamento
67. Mensagem Governamental anual	GP.DL	-	-	X	X*	-	É publicada nos Anais
68. Mídia eletrônica - CD-fita-DVD	GP.DLD	X	5	X	-	-	
	G						
69. Minutas de Discurso de Deputados	DL	X	5	X	-	X	
70. Moções	DL	X	8	X	-	X	
71. Ofícios expedidos pela Presidência	GP	-	8	X	-	X	
72. Ofícios expedidos pelo CGP	GP	X	8	X	-	X	
73. Ofícios recebidos pela Mesa	DL	X	8	X	-	X	
74. Ofícios capeados	DL	X	8	X	-	X	
75. Ofícios expedidos pela Mesa	DL	-	-	X	X	X	
76. Ofícios recebidos pela Presidência	GP	-	8	X	-	X	
77. Pareceres	GP	X	5	X	-	-	São microfilmados junto dos processos
	DG.PJ						
78. Pedido de informação	DL	X	8	X	-	X	
79. Plantas	DAT DG	-	-	X	X	X	
80. Portarias	GP.DGD L	-	-	X	X*	X	
81. Prestação de Contas Proc/Finanças	DG	X	10	X	-	X	
82. Prestação de Contas Gov. Estado	DF	X	10	X	-	X	
83. Processos administrativos disciplinares	DG	X	10	X	-	X	
84. Processos aposentadorias	DRH	X	60	X	-	X	
85. Processos de compra aquisição direta	DG DAT	X	5	X	-	-	São microfilmados nos doc.contabeis
86. Projeto de Criação de Município	DL	-	-	X	X	X	
87. Projeto de Decreto Legislativo	DL	X	10	X	-	X	
88. Projeto de Emenda Constitucional	DL	-	-	X	X	X	
89. Projeto de Lei Complementar	DL	-	-	X	X	X	
90. Projeto de Resolução	DL	X	10	X	-	X	
91. Projeto de Lei	DL	X	10	X	-	X	
92. Prontuários (C.Assist. Saúde)	DRH	X	10	X	-	X	
93. Protocolos diversos	GP. DG.PJ	X	5	X	-	-	
94. Questão de ordem	DL	X	10	X	-	-	
95. Recursos	GP	X	10	X	-	-	
96. Registro de Leis (Livros)	DL	-	-	X	X	X	
97. Relatório Mensal/freqüência (mapa)	DRH	-	-	X	X*	X	
98. Relatório de atividades dos setores (*)	GP	-	10	X	-	-	Encaminhar em suporte papel
	DG.PJ					X	
99. Relatório Anual de atividades da ALESC	GP	X	-	X	X	X	
100. Relatório de Gestão Fiscal	DG	X	10	X	-	X	
101 Representações	DL	X	8	X	-	X	
102. Requerimentos capeados	DL	X	8	X	-	X	
103. Requerimentos de procedência parlamentar	DL	X	8	X	-	X	
104. Requisições (saídas)	GP DG.PJ	-	5	-	-	-	
105. Requisições passagens	GP	X	5	X	-	-	
106. Resoluções	DG DL	X	-	X	X	X	
107. Sindicância	DG	X	10	X	-	X	
108 Subvenção social	DG	X	8	X	-	X	
109. Teleg. Expedidos pela Mesa	DL	X	5	X	-	-	
110. Teleg. Expedidos pela Presidência	GP	X	5	X	-	-	
111. Teleg. Recebidos pela Mesa	DL	X	5	X	-	-	
112. Teleg. Recebidos pela Presidência	GP	X	5	X	-	-	
113. Termo de convênio	DL	X	10	X	-	X	
114. Termo de posse	DG	X	60	X	-	X	
115 Transcrições Sessões Plenárias	DL	X	5	X	-	X	Microfilmadas nos Anais
116. Vetos à leis	DL	X	10	X	-	X	

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

JUSTIFICATIVA

A Assembléia Legislativa, inserida no contexto da modernidade, busca adequar à norma vigente as necessidades de sua administração. Com o advento do Plano de Governança Eletrônica, que visa dinamizar e disponibilizar a informação de forma rápida e transparente, o Poder Legislativo, já nesse contexto, promove a remodelação de sua tabela de temporalidade, adequando-a à realidade atual, garantindo assim a preservação da informação por intermédio do sistema de microfilmagem e digitalização documental. O grupo criado pelo Ato da Mesa nº 1101, de 28 de outubro de 2004, com o objetivo de avaliar a situação do acervo documental e atualizar a Tabela de Temporalidade existente no Poder Legislativo, após minuciosa avaliação em constantes reuniões de trabalho, apreciou a classificação dos documentos criados na Assembléia Legislativa e sugere à Mesa sua adequação, observando a Lei Federal nº 8.159/91 e a Lei Estadual nº 9.747/94, conforme relação discriminada no Anexo III desta proposição.

Para ilustrar a justificativa o Grupo de Trabalho oferece um relatório das atividades que desenvolveu durante os estudos procedidos. A Tabela de Temporalidade, com as alterações efetuadas (em vermelho), bem como com a devida vênua, indica procedimentos: Comissão Permanente de Avaliação Documental - CPAD, e Manual de Procedimentos, os quais entende que virão proporcionar segurança e um melhor gerenciamento do acervo documental desta Casa.

A Comissão acima mencionada ficou aguardando a aprovação da Reforma Administrativa da Assembléia Legislativa, em tramitação na época da conclusão do presente trabalho, para posterior apresentação da proposta, adequando-a à nomenclatura apresentada na mesma.

*** X X X ***